

Semanário

Director:
António Dias Lourenço

Ano 57 - Série VII - N.º 708
24 de Julho de 1987
Preço: 50\$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. - Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 25 - Telex 18390 Composição e impressão - Heska Portuguesa Distribuição - CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa

RESULTADOS DAS ELEIÇÕES DE 19 DE JULHO

COMITÉ CENTRAL ANALISA SITUAÇÃO E DEFINE TAREFAS

RESOLUÇÃO APROVADA

Tarefas imediatas do PCP na nova situação após as eleições de 19 Julho

1. A situação nova criada pelas eleições de 19 de Julho
2. Resultados eleitorais
3. A campanha da CDU
4. A maioria PSD
5. Perigos para a democracia
6. Estabilidade e desestabilização
7. Linhas de acção
8. Reforço do Partido

Editorial

Avante!

Ano 57 - Série VII
N.º 708

24 de Julho de 1987

1.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

Direcções fundamentais de acção

O Comité Central do PCP acaba de examinar a situação criada pelo resultado das eleições de domingo, as suas causas e incidências imediatas assim como pronunciar-se sobre as novas condições e tarefas que se colocam ao movimento operário, popular e democrático português e ao Partido.

A anatomia política da grave derrota das forças democráticas, da sensível queda eleitoral do PCP e da CDU bem como da consequente vitória da direita na batalha em tantos aspectos decisiva de domingo último, começou a ser feita e importa levá-la até ao fim e dela sacar sem derrotismos nem injustificado alarmismo as necessárias consequências para a vida do povo e o regime democrático.

Uma característica nova distingue esta vitória eleitoral da direita restauracionista: a maioria absoluta na Assembleia da República foi conquistada e vai pela primeira vez depois de Abril de 74 ser exercida por um único partido — o PSD, que desde há oito anos se alçou como a principal força da direita no processo da contra-revolução em Portugal.

É evidente que factores conjunturais externos favoreceram a vitória do PSD contribuindo fortemente para uma vasta acção demagógica em profundidade durante os últimos dezoito meses do governo cavaquista, factores que não podem ser subestimados na dissecação da derrota da democracia no dia 19.

Mas outros factores estão na base da derrota das forças democráticas. Aprofundar o seu exame, pôr ao sol as suas raízes, extrair dela as lições essenciais para a continuação e intensificação da luta é uma tarefa indeclinável do PCP. A isso apontam as conclusões da reunião de dois dias, ontem terminada, do Comité Central do nosso Partido.

Ao mesmo tempo que chama a atenção para os perigos reais que ameaçam a democracia portuguesa, o Comité Central do PCP destaca outros factores que favorecem a retomada do combate contra as forças revanchistas transitoriamente vitoriosas.

«Contra a vontade da reacção — diz-se no documento saído da reunião de ontem do CC do PCP — Portugal continua vivendo em liberdade. O povo português, incluindo certamente a maior parte dos que votaram no PSD, quer que a democracia continue. As instituições democráticas estão em condições de funcionar. O Poder Local democrático conserva a sua vitalidade e a sua força. Os trabalhadores e outras classes laboriosas estão fortemente organizados. O Partido está de pé firme e activo. A direita ganhou as eleições de 19 de Julho, mas não ganhou o povo contra Abril».

Nesta realidade se alça a confiança dos comunistas portugueses «em que tal como outras vezes aconteceu nos últimos anos em perigosas

crises, a situação actual poderá ser ultrapassada com a vitória da democracia».

O que caracteriza a situação actual? Que perigos tomaram vulto com o resultado das eleições de domingo?

Desde já algumas das condições institucionais imprescindíveis para o restabelecimento pela direita do poder económico e político dos monopólios foram alcançadas com a conquista da maioria absoluta da AR e a possibilidade da formação de um novo governo com base parlamentar maioritária.

A posse do poder executivo e do poder legislativo pelo PSD, sob a direcção personalizada de Cavaco Silva, abre-lhe possibilidades novas de forçar pela via legislativa e executiva, como tem sido hábito da direita governante nos últimos oito anos, a imposição de medidas objectivamente inconstitucionais em aberta violação da Constituição da República, abre-lhe possibilidades de condicionar e neutralizar o órgão de soberania Presidente da República se a isso ele se prestar.

Aliás, a primeira reunião do Conselho de Ministros do governo de gestão logo ao dia seguinte das eleições é claramente indicativa dos propósitos do PSD e de Cavaco de espezinhar a Constituição e a legalidade democrática.

O Governo anunciou já a iniciativa imediata de submeter de novo à Assembleia da República — agora de larga maioria do PSD — algumas leis anteriormente votadas pelo Parlamento contra a sua vontade, como a Lei do Licenciamento das rádios locais, a Lei de Segurança Interna e outras propostas de leis do Governo antes derrotadas.

É significativo que neste mesmo dia, em simultâneo com as decisões do Conselho de Ministros, o governo de gestão tenha desencadeado com a ajuda de um forte dispositivo policial uma operação repressiva contra as rádios livres do distrito de Viseu.

A acção institucional — uma das quatro direcções fundamentais da acção do PCP definidas ontem pelo Comité Central — em correspondência com a nova situação — obteve assim inteira justificação logo nos primeiros actos do governo de gestão Cavaco/PSD à luz dos resultados eleitorais:

— «Manter — diz-se no documento do CC — com o Presidente da República as relações institucionais estabelecidas na Constituição»;

— «Desenvolver na Assembleia da República uma actividade regular através do Grupo Parlamentar do PCP»;

— «Manter com o Governo as relações conformes com o Estatuto da Oposição»;

— «Recorrer ao Poder Judicial sempre que o entenda para a defesa da constitucionalidade e legalidade da actuação do Poder Político»;

— «Prosseguir e desenvolver as actividades do Poder Local Democrático».

São pontos que enformam as «grandes linhas de acção do Partido» definidas pelo CC para obstaculizar as esperadas investidas ilegais e inconstitucionais do Governo.

Se os factores económicos conjunturais externos — que permitiram ao governo cavaquista mobilizar nos seus dezoito meses de existência com objectivos eleitoralistas vastos recursos financeiros do Estado — conjuntamente com a decisão politicamente errada e institucionalmente desnecessária do PR de dissolver e convocar eleições antecipadas mantendo na gestão dos negócios públicos correntes o governo demitido permitindo-lhe a utilização abusiva e eleitoralista dos poderes de gestão se tais factores se alinhem como primeira grande causa da grave derrota eleitoral das forças democráticas e do excepcional deslocamento de votos a favor do PSD, o entendimento entre os partidos democráticos, designadamente a guerra impiedosa do PS contra o PRD sob o signo da «bipolarização» e das ilusórias ambições de «liderança» e de hegemonismo numa irrealista alternância de governo com o partido de Cavaco — que retiraram credibilidade a uma alternativa democrática viável e estável — são por sua vez factores que se alinham como a segunda grande causa da derrota democrática de domingo.

O acréscimo de mais de um milhão de votos e de mais sessenta deputados para o PSD; o quase esvaziamento do PRD (objectivo proclamado do PS) praticamente a favor do PSD, os irrelevantes ganhos do PS e a sensível queda da votação da CDU, principalmente originada pelas abstenções, o surto emigratório e as consideráveis deslocamentos e cruzamentos desfavoráveis de votos nas zonas da mais baixa influência do PCP e da ex-APU, são dados objectivos que estão na base da conquista da maioria absoluta pela direita restauracionista designadamente pelo PSD (o CDS quase desapareceu como força política) e da nova e perigosa situação criada pela séria derrota das forças democráticas.

O Comité Central do PCP alerta para os perigos reais para a democracia que resultam da conquista da maioria absoluta do PSD e da direita restauracionista nas eleições.

Um dos mais sérios no plano institucional — de «consenso» com o PS — que destruiria o carácter democrático da Constituição.

Uma tal revisão só seria possível com a participação do PS pois o PSD, em conjunto com a infima representação do CDS, detendo a maioria dos deputados não pode contudo reunir a maioria de dois terços necessária para as alterações do texto constitucional.

O PS perderia todo o crédito se se prestasse a um tal jogo das forças reacçãoárias. Naturalmente, pela sua parte o PCP prosseguirá a luta em

defesa da Constituição e do regime democrático que ela consagra.

O CC do PCP reafirmou esta posição inflexível do Partido e do seu grupo de deputados.

Neste combate os comunistas não estarão sozinhos. A caracterização do PSD como expressão legal da contra-revolução não envolve para o PCP a concepção de que a direita, mesmo sob o comando de um único partido e de um chefe cuja ideologia de direita é sobejamente conhecida, não é uma força social e politicamente homogénea. A «estabilidade» que oferece aos portugueses é uma perspectiva falsa.

«É inevitável — diz-se no comunicado do CC do PCP — que centenas de milhares de portugueses que enganados pelas medidas demagógicas, pela propaganda e pelas promessas, votaram no PSD, dentro em pouco reconhecerão a ilusão e o engano em que caíram».

O Comité Central do PCP põe como acção essencial nas quatro direcções fundamentais desenvolver a luta de massas «em defesa dos interesses e direitos dos trabalhadores, dos agricultores, das mulheres, dos jovens, de todas as classes e camadas do povo português que sofrem ou venham a sofrer as consequências da política» do futuro governo do PSD de Cavaco Silva e «em defesa das liberdades e direitos dos cidadãos, da economia nacional, das condições de vida do povo, da cultura portuguesa, do regime democrático, da independência nacional e da paz».

A acção para o reforço e dinamização das organizações, movimentos e organismos unitários (que vão ser alvo da política discricionária do governo de direita) é outra das direcções fundamentais.

A luta pela unidade democrática, a insistência no diálogo, na unidade e na convergência e cooperação dos partidos democráticos é a quarta direcção de luta.

O PCP e a CDU deram uma vigorosa expressão de força e dinamismo na organização e expressão da campanha eleitoral. O facto de a CDU ter ficado com uma representação parlamentar que a coloca como segunda grande força da oposição, constitui uma garantia válida de reforço da acção futura dos comunistas e dos seus aliados na CDU na Assembleia da República.

A resolução do CC do PCP de convocar para o primeiro semestre de 1988 o XII Congresso do Partido exprime uma inabalável confiança na superação das dificuldades actuais, na inversão da situação de domínio da direita no mais curto prazo, na materialização das perspectivas futuras e dos objectivos de luta e das tarefas correspondentes.

Sem derrotismos e sem alarmismos enfrentaremos esta nova fase difícil da revolução portuguesa e superá-la-emos.

Resumo

15 Quarta-feira

O Ministério da Saúde não permitiu que candidatos da CDU visitassem centros de saúde do distrito de Portalegre, denuncia a coligação. ■ Os trabalhadores dos Transportes Colectivos do Porto decidem em plenário recusar a proposta de CCT da administração. ■ A Lisnave assina um «protocolo de acordo de saneamento financeiro» com todos os bancos credores.

■ O Sindicato dos Professores do Norte revela que a poucos dias das eleições o Governo e algumas organizações sindicais amarelas estão a prometer mais uma vez a vinculação efectiva de quase todos os docentes. ■ Portugal está a importar lulas chilenas, disfarçadas de «potas» espanholas, é revelado num debate da CDU sobre «As alfândegas e a adesão à CEE». ■ O Presidente da Junta de Freguesia do Barão de S. João (Lagos) informa que a população não votará domingo, protestando assim contra a instalação da lixeira do concelho na sua área. ■ Falta sangue no Hospital de Viana do Castelo, alerta o comunicado do coordenador dos serviços de sangue daquela unidade. ■ É dissolvida a CM do Fundão por graves ilegalidades no seu «funcionamento interno». ■ O ex-ditador filipino Ferdinand Marcos confessa que discutiu «armamentos e acção militar» com dois homens de negócios dos EUA. ■ Inicia-se o 2.º Congresso Nacional da Central Sindical dos Trabalhadores Negros Sul-Africanos (CO-SATU). ■ O Afeganistão proroga por mais seis meses o cessar-fogo decretado em Janeiro. ■ Recomeça a greve geral no Haiti pela demissão do Conselho Nacional de Governo.

máticas. ■ Inicia-se o 8.º Congresso do Partido Comunista do Brasil, primeiro na legalidade. ■ O povo «merece ser protegido, mesmo que não queira» — diz o general Henry Namphy, presidente do Conselho Nacional de Governo do Haiti, cuja demissão tem sido exigida em greves e manifestações desde há quatro semanas.

18 Sábado

Os nomes de Alípio Dias e Oliveira Costa constam de um relatório entregue à Alta Autoridade Contra a Corrupção sobre a isenção ou redução de direitos aduaneiros, revela «o diário». ■ O presidente dos EUA, evitando qualquer referência ao Irangate, retoma os apelos para o auxílio aos contras da Nicarágua, pois eles são «o único obstáculo ao domínio soviético de toda a região». ■ Milhares de sul-africanos participam no funeral do jovem Ashley Kriel, assassinado pela polícia nos arredores da Cidade do Cabo. ■ Morre no Recife o sociólogo e escritor brasileiro Gilberto Freyre.

19 Domingo

Realizam-se em Portugal eleições para a Assembleia da República e o Parlamento Europeu. ■ A PSP vai adquirir helicópteros «para controlar o trânsito, as manifestações e movimentos de massas» e «para transporte de pequenos grupos de pessoal», afirma em Leiria o comandante-geral da Polícia. ■ A Nicarágua comemora o oitavo aniversário da revolução sandinista. ■ O presidente do Soviete Supremo da URSS, Andrei Gromiko, condena o aumento da presença militar dos EUA no Golfo e pronuncia-se pelo fim da «guerra insensata» entre o Irão e o Iraque. ■ Os principais grupos de oposição do Bangladesh lançam um apelo para uma greve geral de 54 horas, de quarta a sexta-feira, pela demissão do presidente Hussain Mohammad Ershad. ■ Chuvas torrenciais em Itália, na Suíça e em França provocam pelo menos 25 mortos e sérios danos materiais.

16 Quinta-feira

A CT da Petrogal afirma que o governo arrecadou 25 milhões de contos com o último aumento dos preços de venda dos combustíveis, já após a dissolução da AR. ■ A EDP ameaça cortar a energia aos Bombeiros Voluntários de Setúbal. ■ É anunciada em Argel a realização «brevemente» de debates populares sobre uma eventual união da Argélia com a Líbia. ■ Regressa aos EUA o secretário de Estado Chester Crocker, após conversações em Luanda com o MNE angolano, Van-Dunem. ■ O parlamento do Equador exige a retirada imediata do país dos militares norte-americanos que ali se encontram e, sob o pretexto de auxílio na reconstrução de uma estrada, efectuem treinos.

17 Sexta-feira

A CM de Peniche exige a reactivação da Maternidade do Hospital Distrital, recentemente encerrada pelo governo. ■ A Federação da Metalurgia e Metalomecânica denuncia como «manobra eleitoral» o anúncio de que seriam concedidos mais de mil milhões e meio de contos para a indústria naval de Setúbal, afirmando que o dinheiro se destina a financiar «despedimentos e encerramento de empresas». ■ A França e o Irão cortam relações diplo-

Madrid para discutir, entre outras questões, a presença dos F-16 norte-americanos estacionados em Espanha. ■ A vitória do PSD nas eleições de ontem «amplia a oferta de Portugal como uma alternativa para a colocação de tropas e aviões de combate norte-americanos» — comenta o «New York Times». ■ Inicia-se em Adis-Abeba o Conselho Anual de Ministros da OUA.

21 Terça-feira

Os trabalhadores dos mármoreiros iniciam dois dias de greve pela revisão do CCT, exigindo aumentos salariais de 16,5%. ■ Quando está anunciada para quinta-feira uma reunião da Comissão Nacional do PS, é anunciada a substituição de Manuel Alegre e Sottomayor Cardia no Secretariado do partido. ■ No final da reunião do Conselho de Ministros, Fernando Nogueira dá a entender que uma das linhas principais de ataque do PSD vai ser o sector empresarial do Estado. ■ Iniciam-se as manobras militares «Orion 87», envolvendo mais de 11 mil homens e 2 mil viaturas do Exército, Força Aérea e GNR até dia 25. ■ A Rádio Moçambique anuncia que terroristas da Renamo mataram 155 pessoas e feriram gravemente mais de 50 em Homuine (provincia de Inhambane). ■ O Irão rejeita oficialmente a resolução do Conselho de Segurança da ONU que exige o cessar-fogo na guerra Irão-Iraque. ■ Parte para o Golfo um petroleiro do Kuwait, escoltado pela Armada dos EUA, que tem na região 8 navios de guerra, um navio-almirante e o porta-aviões «Constellation», com 50 bombardeiros e caças e 7 navios de escolta.

22 Quarta-feira

Inicia-se em Lisboa a reunião do Comité Central do PCP, convocada para analisar a situação decorrente dos resultados das eleições de 19 de Julho. ■ Segundo informa a Lusa, o Plano de Reestruturação da Siderurgia Nacional, de responsabilidade do Governo do PSD, prevê o despedimento de mais de 1800 trabalhadores, e não irá aumentar a capacidade de produção daquela empresa pública. ■ Segundo o governo de Moçambique o regime racista da África do Sul desenvolve acções com o objectivo de dividir o território de Moçambique na zona da provincia de Gaza e isolar Maputo, isto na sequência de um massacre de 388 pessoas, perpetrado pela Renamo. ■ Em Londres, a Comissão Parlamentar de Crimes de Guerra revela que os serviços secretos britânicos tentaram recrutar o criminoso nazista Klaus Barbie que não aceitou devido ao seu anterior compromisso com os serviços de informações dos EUA. ■ Em Moscovo, Mikhail Gorbachov afirma a disposição da URSS de eliminar todos os mísseis nucleares de médio alcance, incluindo os que estão estacionados na parte asiática do país. ■ No Bangladesh cumpre-se hoje e amanhã, uma greve geral de 54 horas para exigir a demissão do ditador Mohammad Ershad e a convocação de eleições gerais naquele país.

Avante!

PROFISSIONÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES UNIV-VOIS

O jornal
dos trabalhadores
da democracia
e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido
Comunista Português, Rua Soeiro
Pereira Gomes - 1699 - Lisboa
COD. TEL. 76 83 45

ADMINISTRAÇÃO:
Av. Santos Dumont, 57-3.º
- 1000 Lisboa

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua
Soeiro Pereira Gomes - 1699 Lisboa
Tel. 76 97 25/76 97 22

Centro Distribuidor de Faro:
Rua 1.ª de Dezembro, 23 -
8000 Faro
Tel. 24417

Delegação do Norte
Centro Distribuidor do Porto:
R. Miguel Bombarda, 578 -
4000 Porto
Tel. 69 39 08/69 96 95

EXPEDIÇÃO:
R. João de Deus, 24 - Venda Nova
2700 Amadora. Tel. 90 00 44

PUBLICIDADE CENTRAL:
Alameda St.º António dos Capuchos,
6-B - 1100 Lisboa. Tel.
77 69 36/77 67 50
Porto - Rua do Almada, 18-2.º,
Esq.º -
4000 Porto. Tel. 38 10 67

Composto e impresso na Heskia
Portuguesa - R. Elias Garcia, 27
Venda Nova - 2700 Amadora
Depósito legal n.º 205 85

RESULTADOS DAS ELEIÇÕES DE 19 DE JULHO

COMITÉ CENTRAL ANALISA SITUAÇÃO E DEFINE TAREFAS

RESOLUÇÃO APROVADA
Tarefas imediatas do PCP
na nova situação
após as eleições de 19 Julho

1. A situação nova criada pelas eleições de 19 de Julho

2. Resultados eleitorais

3. A campanha da CDU

4. A maioria PSD

5. Perigos para a democracia

6. Estabilidade e desestabilização

7. Linhas de acção

8. Reforço do Partido

Continuar a luta

Antes das eleições, o Partido Comunista Português não perguntava aos trabalhadores, aos agricultores, aos pequenos e médios empresários, às mulheres, aos jovens, de que partido eram, que simpatias tinham, que fé professavam para, com a sua luta determinada e consequente, agir em defesa dos interesses e aspirações populares. Dos interesses e aspirações da esmagadora maioria do povo português.

Logo no início da batalha eleitoral, o PCP, na Coligação Democrática Unitária que se empenhou a fundo no esclarecimento e na propaganda das suas ideias e das suas propostas, tornou claro o que se jogava nas eleições de 19 de Julho e apontou os seus objectivos que correspondiam, na análise dos comunistas e dos seus aliados, à defesa da democracia e ao desenvolvimento do país. Manter a direita em minoria, tornar possível a convergência entre os partidos democráticos e reforçar a CDU eram os objectivos políticos a alcançar.

Objectivos que não foram alcançados.

A CDU — e nomeadamente os comunistas —, alertando para as consequências do acto eleitoral, classificou o voto possível — o voto errado, o voto do engano, o voto da incerteza, o voto inútil, o voto certo e seguro.

O voto errado alcançou a maioria.

A situação é nova e grave. E a experiência faz prever que o novo governo do PSD vai intensificar as tentativas de liquidação da democracia e a restauração do capitalismo monopolista, apoiado agora numa maioria na Assembleia da República. Alguns dizem já, usando e abusando do voto errado, que «Abril morreu». Tal como alguns, na própria noite das eleições, usando e abusando dos resultados que reforçaram Cavaco, estendiam a mão em saudação nazi. Abril, porém, não morreu.

E se dizemos que continua vivo e forte não estamos a falar de abstracções. Continua vivo e forte nas instituições democráticas que se encontram em condições de funcionar. Vivo e forte no seio dos trabalhadores organizados. Vivo e forte entre os democratas. Vivo e forte na firmeza dos seus mais consequentes defensores — os comunistas.

O Partido Comunista Português continua de pé, firme nas suas convicções, determinado na sua luta — como sempre em defesa da democracia e dos interesses do povo. E, como ao longo da sua história provou, o PCP não cruza os braços.

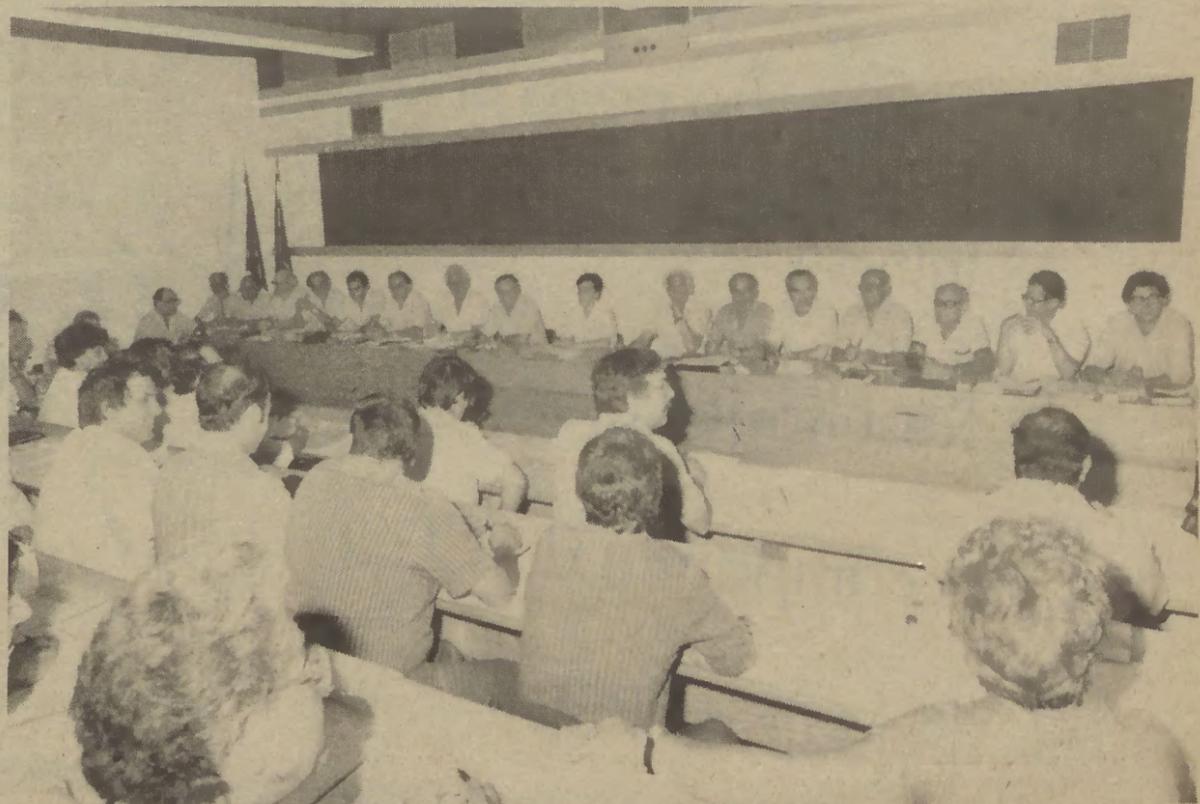
O PCP não pergunta, como não perguntou antes das eleições, quem votou errado e quem votou certo. Quem, enganadamente, depositou nas mãos da direita, uma esperança que não frutifica e cujo desengano em breve surgirá.

Aos trabalhadores e aos agricultores, aos intelectuais, às mulheres e aos jovens, dizemos que podem continuar a contar connosco.

Já contam connosco.

Resolução aprovada na reunião plenária do Comité Central do PCP

Tarefas imediatas do PCP na nova situação após as eleições de 19 de Julho



PCP

1

A situação nova criada pelas eleições de 19 de Julho

O resultado das eleições de 19 de Julho coloca o povo português ante uma situação nova cujas consequências e desenvolvimento ulterior e cujo significado na vida nacional é ainda cedo para prever em toda a sua extensão e gravidade.

Chegou-se à actual situação porque certas forças democráticas não tomaram as decisões e medidas que se impunham e porque as instituições democráticas não funcionaram com critérios políticos democráticos. Na sequência das eleições de Outubro de 1985 se não fossem as hesitações, ambiguidades de partidos democráticos, teria sido possível evitar a formação do Governo Cavaco Silva/PSD e assegurar uma alternativa democrática. Quando foi aprovada a moção de censura ao Governo de Cavaco Silva tornou-se possível a formação de um governo de alternativa à direita viabilizado pela larga maioria democrática existente na Assembleia da República. Tal possibilidade só não se concretizou por duas razões: a falta de empenhamento do PS e a decisão do Presidente da República, que deu satisfação a todas as exigências do governo minoritário demitido, de toda a direita e do grande patronato. Com um governo democrático a situação política teria evoluído de forma diversa e a realizarem-se eleições, os resultados seriam necessariamente outros.

Esta anotação de carácter histórico vale como experiência e como lição. Sem esquecer uma e outra agora interessa encarar de frente a situação criada pelos resultados eleitorais de 19 de Julho.

Os objectivos eleitorais definidos pelo PCP, que teriam permitido uma viragem democrática (direita em minoria, convergência democrática e reforço eleitoral do PCP e da CDU no seu conjunto) não foram alcançados. Trata-se de uma derrota eleitoral para o Partido, para o conjunto das forças democráticas e para a democracia portuguesa.

Pela terceira vez, desde o 25 de Abril a direita alcançou a maioria na Assembleia da República, agora uma maioria reforçada e de um só partido e num estádio mais avançado da ofensiva contra-revolucionária. A actuação do Governo Cavaco Silva, antes e depois da sua demissão, e o programa de acção governativa já conhecido em termos gerais, fazem prever que o novo governo PSD, contando com a maioria na Assembleia, intensificará a tentativa de restauração do capitalismo monopolista e de liquidação das conquistas populares, parte integrante do regime democrático conquistado com a revolução de Abril.

As forças do passado procuram impulsionar, apressar e se possível completar o processo contra-revolucionário que a partir de sucessivos governos se tem desenvolvido e avançado nos últimos 11 anos. Comentaristas da direita proclamam que com as eleições de 19 de Julho «Abril morreu».

Apontando a gravidade e os perigos da situação, o Comité Central alerta contra o derrotismo e o alarmismo.

Contra a vontade da reacção, Portugal continua vivendo em liberdade. O povo português, incluindo a maior parte dos que votaram

no PSD, quer que a democracia continue. As instituições democráticas estão em condições de funcionar. O poder local democrático conserva a sua vitalidade e a sua força. Os trabalhadores e outras classes e camadas laboriosas estão fortemente organizados. O PCP está de pé, firme e activo. A direita ganhou as eleições de 19 de Julho, mas não ganhou o povo contra Abril.

O Comité Central do PCP, tendo procedido a um primeiro exame da situação criada pelos resultados das eleições de 19 de Julho, apela aos seus militantes, aos trabalhadores, aos democratas, ao povo português, para que mantenham confiança em que, tal como outras vezes aconteceu nos últimos anos em perigosas crises, a situação actual acabará por ser ultrapassada com a vitória da democracia.

2

Resultados eleitorais

Examinando os resultados das eleições até agora apurados, o Comité Central salienta os aspectos de maior relevo, significado e repercussão.

O PSD alcança a maioria absoluta, ganhando 1 milhão e 100 mil votos (aumento de 64,9% e mais 60 deputados, com 146 deputados eleitos).

O PS mantém aproximadamente o nível anterior, aumenta em 10 círculos eleitorais e desce em 10 e regista um ligeiro ganho de 59 mil votos (4,9%) e de 3 deputados, ficando a ter 59 deputados. Recupera assim menos de 60 mil votos dos 850 mil que perdera nas eleições de 1985.

A CDU (em comparação com a APU) regista uma descida moderada mas sensível perdendo 23% dos votos e 8 deputados, ficando com 30 deputados na nova Assembleia (25 do PCP, 2 dos Verdes, 2 da Intervenção Democrática e 1 independente), o que lhe confere o lugar de terceira formação política em termos de votos e representação parlamentar.

O PRD e o CDS acusam quedas verticais, com perdas respectivamente de 73% e 56% dos votos e de 38 e 17 deputados, passando a dispor na Assembleia apenas de 7 e 4 lugares.

Os pequenos partidos registaram importantes perdas e votação reduzida (todos abaixo de 1%) não elegendo nenhum deputado, confirmando-se o carácter eleitoralmente inútil dos votos que obtiveram.

A deslocação de votos acusa grandes movimentações no eleitorado, da esquerda para a direita. O total dos ganhos do PSD (tanto a nível nacional, como na maior parte dos círculos eleitorais) é aproximadamente igual à soma das perdas do PRD e do CDS. As deslocações de votos são porém mais complexas. Os dados permitem concluir que se deram importantes deslocações do PRD para o PS e do PS para o PSD.

A baixa da CDU foi manifestamente mais acentuada nos círculos de sua menor influência mantendo-se mais próxima dos níveis anteriores nas regiões de elevada influência tradicional.

Os números e o conhecimento directo das situações indicam deslocações de votos da antiga APU para o PS e mesmo para o PSD. Mas os dados indicam também que a CDU terá sido a formação concorrente mais atingida pela abstenção. Grande parte desta abs-

tenção, afectando a CDU, pode atribuir-se a três causas: as férias que colocaram problemas sérios de despesas com transportes até ao local de votos; a emigração sazonal para o estrangeiro e para outras regiões de muitos milhares de trabalhadores; e ainda a abstenção resultante da falta de confiança e de perspectiva na formação de um governo democrático. Assim uma parte das perdas de votação pela CDU não corresponde a uma deslocação do eleitorado mas apenas à ausência ou abstenção de eleitores.

Nas eleições para o Parlamento Europeu a CDU, o PS e o PRD mantém aproximadamente a mesma votação que nas eleições para a Assembleia da República (respectivamente menos 38 mil, mais 9 mil e menos 28 mil votos), enquanto o PSD tem menos 716 mil votos, o CDS mais 623 mil e o PPM, embora sem eleger deputados, obtém 155 mil votos. Em relação ao número de deputados eleitos, a CDU mantém três deputados, o PS mantém seis, o CDS passa de dois para quatro, o PSD de nove para dez e o PRD passa de quatro para um.

Na Assembleia da República e no Parlamento Europeu os deputados eleitos pela CDU honrarão fielmente os seus compromissos eleitorais e serão os mais firmes defensores dos interesses do povo português, do regime democrático e de Portugal.

3

A campanha da CDU

A campanha eleitoral da CDU transcendeu largamente, pelo que foi e pelo que traduziu, a dimensão de uma mera campanha eleitoral.

Única no campo democrático ao nível da campanha do PSD e do seu governo e superando-a em variados aspectos, a campanha da CDU constituiu uma afirmação ineludível da força e capacidade de intervenção na vida nacional do PCP e dos outros democratas da CDU.

Só uma força política de primeira grandeza, criativa, confiante, ligada às massas, poderia, apenas com as suas próprias forças, ter realizado uma campanha semelhante à que a CDU realizou.

A campanha confirmou uma extraordinária capacidade de organização e de realização, um gigantesco esforço colectivo, uma dinâmica que só profundas convicções podem assegurar, uma base de apoio activa, empenhada e lutadora, uma ligação profunda com o povo, a dedicação de milhares de militantes do PCP e outros democratas — homens e mulheres de todas as idades e das mais variadas profissões e actividades.

O trabalho realizado na campanha não terá como único reflexo a votação verificada nas eleições. A campanha aprofundou novas raízes de ligação com o povo, lançou novos motivos de reflexão para sectores sociais e para regiões até então inteiramente dominadas pela direita, adiantou perspectivas de evolução da situação nacional e propostas de solução dos problemas, que a vida confirmará.

O Comité Central saúda todas as organizações e militantes, assim como o Partido Ecologista Os Verdes, a associação Intervenção Democrática e os democratas independentes da CDU pelo magnífico trabalho realizado.

PCP

O Comité Central saúda com particular destaque a participação viva, alegre, plena de energia e criatividade da JCP e de milhares de jovens sem partido, que muito justamente se intitularam «juventude da CDU», dando valiosa contribuição para o êxito da campanha.

Os efeitos da campanha não se esgotaram com as eleições de 19 de Julho. Eles far-se-ão sentir na nova situação como um importante factor para o desenvolvimento da luta popular e democrática.

4

A maioria PSD

O acto eleitoral confirmou o elevado civismo do povo português. O processo eleitoral deu entretanto um exemplo de como um governo sem escrúpulos pode iludir vastos sectores do eleitorado e manipular a sua opinião e influenciar por meios ilegítimos os resultados eleitorais.

O exame das votações indica que a grande maioria alcançada pelo PSD traduz uma deslocação de votos a nível nacional atingindo todos os sectores sociais e todas as forças políticas.

Trata-se de um acontecimento que exigirá ainda uma análise mais profunda de todas as suas determinantes, seja de natureza política, seja relativas a fenómenos de psicologia social.

Podem entretanto apontar-se desde já **três causas fundamentais:**

1.^a — **Factores económicos internacionais fortemente favoráveis para Portugal** que permitiram ao Governo dispor de avultados recursos financeiros (200 a 300 milhões de contos) e conter a degradação que se verificava na situação económica e financeira, designadamente nas trocas externas e na dívida externa, ganhando assim, ao contrário de governos anteriores, uma «imagem» de «competência» e «eficácia» constante e intensamente propagandeada pelos serviços governamentais e secundada por partidos democráticos através de elogios à acção do Governo e do Primeiro-Ministro.

2.^a — **A utilização abusiva e eleitoralista dos poderes do Governo e do aparelho de Estado pelo PSD:**

- desenvolvendo a acção governativa durante 18 meses com o uso sistemático da demagogia;

- exorbitando das suas funções limitadas como governo de gestão;

- tomando medidas concretas e distribuindo somas de âmbito limitado mas de eficaz efeito psicológico (reformados, jovens, desempregados, agricultores, desportistas, colectividades, preços de chamadas telefónicas, etc.);

- anunciando demagogicamente planos e medidas para resolver muitos dos graves problemas das populações (habitação, hospitais, obras públicas, vias de comunicação, créditos para saneamento financeiro de municípios, projectos de barragens);

- utilizando discricionariamente fundos da CEE;

- multiplicando as visitas eleitoralistas de membros do Governo que, em casos conhecidos, se transformaram em visitas de candidatos com distribuição de propaganda;

- manipulando escandalosamente sem quaisquer escrúpulos a RTP e outros órgãos de comunicação social dirigidos e controlados pelo Governo.

Após a demissão do Governo Cavaco Silva

pela Assembleia da República, admitindo que o Presidente da República pudesse decidir a errada dissolução da Assembleia e a realização de eleições antecipadas, o PCP expressou ao Presidente o perigo que representaria manter em funções de gestão o Governo demitido. Por duas razões então invocadas: não oferecer garantias de não utilizar abusivamente dos poderes, recursos e meios do Estado para fins eleitorais; e não dar garantias de se limitar (conformemente com as disposições constitucionais) à estrita realização de actos de gestão.

A actuação do Governo confirmou inteiramente as advertências do PCP e os perigos para a democracia que representou mantê-lo em funções de gestão no período eleitoral.

No dia 22 de Junho, já no período eleitoral, uma delegação do PCP teve ocasião de expor esta situação ao Presidente da República e de entregar na altura um *dossier* contendo abundante documentação sobre a exorbitância de poderes, a manipulação e instrumentalização da comunicação social, medidas demagógicas, promessas, actuação do MAPA contra a Reforma Agrária e concessões inconstitucionais ao capital privado. Da diligência feita pelo PCP junto do Presidente da República não resultou qualquer alteração na conduta do Governo. Não tiveram também qualquer resultado as preocupações e as recomendações manifestadas pela maioria da Comissão Permanente da Assembleia da República, a Comissão Nacional de Eleições e o Conselho de Comunicação Social.

É uma evidência que encontrando-se no poder um governo sério e isento os resultados das eleições teriam sido diferentes.

3.^a — **As divisões no campo democrático e a conseqüente falta de credibilidade de uma alternativa democrática.** As pretensões hegemónicas do PS e, embora de modo diferente, do PRD, os ataques recíprocos, as declarações de recusa a entendimentos pré e pós-eleitorais entretanto indispensáveis para uma alternativa democrática, e a proliferação de listas de pequenos partidos democráticos sem reais perspectivas eleitorais, retiraram aos olhos do eleitorado a credibilidade de uma alternativa assegurada pelas forças democráticas.

As teses da «bipolarização» e da «alternância» não constituem uma orientação de alternativa democrática à política de direita, mas uma política de entendimento camuflado e de colaboracionismo com a direita no plano da restauração do capitalismo monopolista e de destruição do regime democrático.

A acção persistente da CDU em defesa da unidade e da convergência das forças democráticas como condição indispensável para a formação dum governo democrático não foi suficiente para desfazer no eleitorado a imagem negativa criada pelas atitudes divisionistas de outros partidos democráticos, em contraste com a forte dinâmica do PSD no governo.

5

Perigos para a democracia

A maioria de lugares na Assembleia da República alcançada pelo PSD coloca **sérios perigos para o regime democrático** dada a prática anterior do PSD e de Cavaco Silva e dados os propósitos de acção governativa anunciados.

São de esperar tentativas de liquidação de muitas das principais conquistas democráticas da revolução de Abril, designadamente nacionalizações, reforma agrária, direitos dos trabalhadores e outros direitos dos cidadãos, poder local democrático, princípio da proporcionalidade nas eleições, etc. É significativo que o Governo tenha já anunciado o propósito de repor em discussão na Assembleia da República tanto leis por esta aprovadas, como propostas de lei do Governo que tinham sido rejeitadas.

Alterações tão profundas no regime democrático, a serem levadas por diante, representariam a subversão efectiva da democracia instaurada com a revolução de Abril e consagrada na Constituição da República.

Apesar dos perigos existentes, persistem possibilidades e pontencialidades de luta em defesa do regime democrático e dos seus traços característicos fundamentais.

Estando em vigor a Constituição da República, só violando grosseiramente a legalidade o Governo poderá realizar tais planos. Daí a **importância que assume a questão da revisão constitucional.** O PSD sózinho não dispõe na Assembleia da República da maioria de dois terços necessária à revisão. Só com a colaboração do PS poderá fazê-lo. **O Comité Central do PCP apela aos socialistas para que não cooperem com a direita numa revisão que representaria a subversão da democracia portuguesa.**

Pela sua parte, o PCP prosseguirá a luta em defesa da Constituição, do regime democrático que ela consagra e das suas partes integrantes fundamentais: direitos, liberdades e garantias, organização económica e organização do poder político.

É também previsível que o Governo PSD, com a política que anuncia, **não resolverá nenhum dos mais graves problemas nacionais.**

Governo ao serviço do grande capital, tendo como objectivo a destruição da organização económica criada com a revolução de Abril e a restauração dos monopólios e do seu poder, tem como ponto programático o agravamento da exploração dos trabalhadores e das massas laboriosas e a submissão dos interesses nacionais a interesses estrangeiros (Estados Unidos e CEE). Uma tal política conduzirá ao agravamento efectivo da situação económica e social e atingirá gravemente a independência nacional.

É inevitável que centenas de milhar de portugueses que, enganados pelas medidas demagógicas, pela propaganda, pelas promessas e pela ilusão da estabilidade, votaram no PSD, dentro em pouco reconhecerão a ilusão e o engano em que caíram.

Seria um grave erro atribuir um carácter duradouro à deslocação de votos agora verificada a favor do PSD. A evolução da situação nacional e o prosseguimento da luta e da acção de esclarecimento das forças democráticas acabarão por abrir a perspectiva real de uma viragem democrática na política nacional.

O Comité Central apela à classe operária, aos trabalhadores e a todas as classes e camadas laboriosas para que reforcem a sua unidade e as suas organizações e se aprontem a lutar com determinação em defesa dos seus direitos e interesses fundamentais e pela satisfação das suas justas reivindicações.

Nas novas condições criadas à democracia portuguesa pelos resultados eleitorais de 19 de Julho, o Comité Central sublinha a firme determinação do PCP de continuar a luta em defesa da Constituição, das liberdades e direi-

PCP

tos dos cidadãos, das conquistas de Abril, da legalidade democrática; por um desenvolvimento nacional conforme com as necessidades e aspirações do povo e do País; pelo melhoramento das condições materiais e culturais de vida dos trabalhadores e do povo em geral; pela defesa da soberania e da independência nacionais e da Paz entre os povos.

6 Estabilidade e desestabilização

O PSD, que durante a campanha explorou a aspiração de estabilidade de numerosos eleitores, proclama agora que a folgada maioria alcançada é uma garantia de estabilidade.

Bem pelo contrário, a maioria do PSD e a afirmada estabilidade do governo que resultar do apoio maioritário de que disporá na Assembleia da República, não significam estabilidade económica, social e política.

A política anunciada por Cavaco Silva e o PSD é por sua natureza uma política de desestabilização.

Desestabilização económica, uma vez que tem em vista uma alteração radical das estruturas socioeconómicas existentes, designadamente através do desmembramento das empresas públicas e sua entrega aos capitalistas, do encerramento de outras, de novas ofensivas contra a Reforma Agrária, da liquidação de sectores industriais e de milhares de pequenas e médias explorações agrícolas e de empresas industriais e comerciais sacrificadas à centralização de capitais sob a fachada da «modernização» em proveito de monopólios restaurados e das multinacionais da CEE.

Desestabilização social, uma vez que tem em vista reforçar a exploração dos trabalhadores, com um novo pacote laboral que liberalize os despedimentos e atinja direitos básicos, com a supressão ou perversão da contratação colectiva e a generalização do trabalho precário com o agravamento das desigualdades e injustiças sociais e com a limitação e repressão de direitos e actividades sindicais.

Desestabilização política, uma vez que tem em vista a subversão da democracia política, com a limitação dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, com aprovação de leis eleitorais antidemocráticas e com uma revisão da Constituição que a ser realizada significaria a destruição do regime em vigor.

A estabilidade exige antes de mais que o Governo respeite a legalidade democrática e actue em restrita conformidade com os preceitos constitucionais.

7 Linhas de acção

O Comité Central define grandes linhas de acção do Partido na nova situação criada pelas eleições de 19 de Julho.

O Comité Central aponta quatro direcções fundamentais da acção do partido, a desenvolver no quadro das liberdades e direitos consagrados na Constituição da República.

— A acção institucional:

- mantendo com o Presidente da República as relações institucionais estabelecidas na Constituição e que constituem já hoje uma prática e uma tradição no regime democrático instaurado com a revolução de Abril.

- desenvolvendo na Assembleia da República uma actividade regular através do Grupo Parlamentar do PCP agora eleito, seja tomando iniciativas legislativas para a solução dos mais graves problemas do povo português, dando voz a justas reivindicações populares, seja exercendo os poderes que a Constituição confere para fiscalização da acção do governo;

- mantendo com o governo as relações conformes com o Estatuto da oposição;

- recorrendo ao Poder Judicial, designadamente ao Tribunal Constitucional e ao Supremo Tribunal Administrativo, sempre que o entenda para defesa da constitucionalidade e legalidade da acção do poder político;

- prosseguindo e desenvolvendo as actividades do Poder Local democrático para a solução dos problemas das populações.

— A luta de massas:

- em defesa dos interesses e direitos dos trabalhadores, dos agricultores, das mulheres, dos jovens, de todas as classes e camadas do povo português que sofrem ou venham a sofrer as consequências da política do Governo PSD de Cavaco Silva;

- em defesa das liberdades e direitos dos cidadãos, da economia nacional, das condições de vida do povo, da cultura portuguesa, do regime democrático da independência nacional e da paz.

— A acção para reforço e dinamização das organizações, movimentos e organismos unitários (sindicatos, movimentos e organizações de agricultores e pequenos e médios empresários, movimentos de mulheres, organizações da juventude, associações de intelectuais, de reformados, de deficientes, colectividades, cooperativas e outras organizações de massas);

- respeitando a sua autonomia, democracia interna e objectivos próprios;

- contribuindo para a sua unidade e para a sua crescente intervenção na vida nacional;

- actuando para que se estabeleça uma forte unidade da classe operária e de todos os trabalhadores, assim como das outras classes e camadas antimonopolistas.

— A luta pela unidade democrática:

- insistindo no esclarecimento da importância decisiva da unidade de todos os democratas na luta contra a política de direita e por uma política democrática e promovendo iniciativas, acções e lutas com carácter unitário;

- reforçando os laços de unidade e cooperação com o Partido Ecologista «Os Verdes», a Associação «Intervenção Democrática» e os independentes que participam na CDU;

- apoiando activamente as iniciativas dos jovens da CDU, designadamente no sentido de um grande e festivo Encontro Nacional, a realizar no mês de Outubro, a partir da ideia de que os jovens que na CDU se encontraram não se separarão mais;

- insistindo no diálogo, unidade e convergência e na cooperação dos partidos democráticos, designadamente do PCP, PS e PRD.

8 Reforço do Partido

O Comité Central examinou a acção a empreender no futuro próximo para o reforço do Partido.

O grandioso trabalho realizado na campanha eleitoral da CDU confirmou a grande força, capacidade e potencialidades do Partido. A continuação dessa capacidade de intervenção na situação criada pelas eleições de 19 de Julho colocam novas e importantes tarefas relativas ao desenvolvimento e reforço ulterior do partido.

O Comité Central inscreve na agenda da sua actividade nos próximos tempos:

- Reforço do trabalho de direcção a todos os níveis;

- uma política de quadros que facilite a promoção e responsabilização dos quadros, designadamente quadros jovens, que se revelam na acção.

- o empenhamento no trabalho de organização, retomando a Campanha Organizativa iniciada em Fevereiro, evitando o esquematismo, o imobilismo e a rotina, cobrindo lacunas, reforçando as organizações existentes e criando novas organizações, com especial atenção às células de empresa;

- o enriquecimento do estilo de trabalho com a consolidação de características típicas já adquiridas e com novas aquisições avançadas pela prática;

- a ligação com as massas como tarefa e aspecto sempre central e essencial da actividade partidária;

- a intensificação da luta ideológica tanto pelo desenvolvimento afirmativo das principais orientações e posições e do debate em torno delas como pelo combate às ideologias reaccionárias, conservadoras e reformistas, ao sectarismo e ao oportunismo, que encontram na situação presente novos estímulos.

O Comité Central decide promover num futuro próximo um conjunto de iniciativas (debates, encontros, conferências) relativas a aspectos essenciais da realidade nacional, com vista ao reforço da intervenção do Partido para a resolução dos problemas do País.

A nova situação criada pelos resultados das eleições de 19 de Julho tornaram indispensável a análise da evolução da situação portuguesa nos últimos anos, a caracterização rigorosa da realidade económica, social, cultural e política, a definição das perspectivas de evolução futura, dos objectivos de luta e das tarefas correspondentes.

O Comité Central resolve convocar o XII Congresso do Partido para o primeiro semestre de 1988, marcando o início dos trabalhos preparatórios para o próximo mês de Outubro.

O Comité Central, salientando os perigos decorrentes dos resultados eleitorais de 19 de Julho, expressa simultaneamente inteira confiança na possibilidade de os conjurar. Sempre com a classe operária e o povo trabalhador, o PCP não poupará esforços para que Portugal retome o caminho de progresso e de justiça social aberto pela revolução libertadora do 25 de Abril.

23 de Julho de 1987

O Comité Central
do Partido Comunista Português



revista internacional
 revista dos partidos comunistas e operários

problemas da paz e do socialismo

**TABELA DE ASSINATURA
 (12 NÚMEROS)
 DA REVISTA INTERNACIONAL**

Continente	Regiões- Autónomas	Europa	Extra Europa	Países Expressão Portuguesa
550\$00	800\$00	1800\$00	2800\$00	2300\$00

Nacional

Resultados Nacionais

Assembleia da República e Parlamento Europeu

TOTAIS NACIONAIS Assembleia da República			
	Números	%	M*
Eleitores Inscritos	7 744 490	—	250
Votantes	5 625 610	72,64	—
Abstenção	2 118 880	27,35	—
Votos Brancos	49 573	0,88	—
Votos Nulos	75 142	1,34	—
CDU	685 199	12,18	30
PS	1 255 355	22,32	59
PRD	277 529	4,93	7
PSD	2 820 972	50,15	146
CDS	244 155	4,34	4
UDP	50 813	0,90	—
PSR	33 503	0,60	—
MDP	32 020	0,57	—
PDC	30 729	0,55	—
PPM	23 164	0,41	—
PCTP	20 314	0,36	—
PC(R)	18 022	0,32	—
POUS	9 120	0,16	—

(*) Estão por apurar os resultados das votações nos círculos da Emigração e que elegem 4 deputados.

TOTAIS NACIONAIS Parlamento Europeu			
	Números	%	M
Eleitores Inscritos	7 744 490	—	24
Votantes	5 625 398	72,64	—
Abstenção	2 119 092	27,36	—
Votos Brancos	68 504	1,22	—
Votos Nulos	78 394	1,39	—
CDU	646 750	11,50	3
PS	1 264 491	22,48	6
PRD	249 272	4,43	1
PSD	2 104 413	37,41	10
CDS	866 909	15,41	4
UDP	52 567	0,93	—
PSR	28 813	0,51	—
MDP	27 222	0,48	—
PDC	40 248	0,72	—
PPM	155 321	2,76	—
PCTP	19 251	0,34	—
PC(R)	23 243	0,41	—
POUS	—	—	—

Nacional

Resultados Distritais

DISTRITOS	CDU			PS			PRD			PSD			CDS		
	VOTOS	%	M	VOTOS	%	M	VOTOS	%	M	VOTOS	%	M	VOTOS	%	M
Aveiro	15 832	4,42	—	82 230	22,97	4	9 517	2,66	—	215 623	60,22	11	18 981	5,30	—
Beja	39 581	38,63	3	20 730	20,23	1	5 869	5,73	—	25 098	24,49	1	2 037	1,99	—
Braga	24 600	6,12	1	103 935	25,86	5	13 407	3,34	—	214 141	53,27	10	23 737	5,90	1
Bragança	3 026	3,26	—	17 757	19,13	1	1 188	1,28	—	56 413	60,78	3	7 003	7,55	—
Castelo Branco	9 757	7,09	—	30 848	22,40	2	8 189	5,95	—	71 794	52,14	4	6 425	4,77	—
Coimbra	17 367	7,13	—	69 962	28,74	4	8 412	3,46	—	121 640	49,97	7	10 988	4,51	—
Évora	39 750	36,12	2	17 002	15,45	—	8 474	7,70	—	35 294	32,07	2	2 314	2,10	—
Faro	20 734	10,93	1	47 401	24,98	3	11 887	6,27	—	88 676	46,74	5	5 901	3,11	—
Guarda	3 879	3,31	—	25 493	21,77	1	2 366	2,02	—	70 069	59,82	4	7 603	6,49	—
Leiria	14 311	5,92	—	45 270	18,73	2	7 569	3,13	—	146 831	60,75	9	14 600	6,04	—
Lisboa	202 985	16,48	10	261 166	21,20	12	84 560	6,86	4	564 179	45,82	28	45 450	3,69	2
Portalegre	18 052	20,76	1	21 911	25,19	1	5 515	6,34	—	32 520	37,39	1	2 657	3,05	—
Porto	87 341	9,35	4	249 451	26,72	11	37 570	4,02	1	475 591	50,94	22	36 999	3,96	1
Santarém	33 740	12,63	1	57 947	21,69	3	19 592	7,33	1	127 870	47,86	7	9 572	3,58	—
Setúbal	128 933	32,73	7	69 406	17,61	3	34 132	8,66	1	128 334	32,57	6	7 411	1,88	—
Viana do Castelo	8 737	6,24	—	28 339	20,24	1	6 751	4,82	—	76 107	54,36	5	10 751	7,68	—
Vila Real	5 545	4,07	—	27 542	20,22	1	1 838	1,35	—	85 303	62,62	5	6 759	4,96	—
Viseu	6 538	2,98	—	40 705	17,97	2	3 921	1,73	—	144 148	63,64	8	15 662	6,91	—
Açores	2 179	2,29	—	19 001	19,97	1	2 870	3,02	—	63 378	66,61	4	3 121	3,28	—
Madeira	2 272	1,91	—	19 259	16,16	1	3 912	3,28	—	77 963	65,42	4	6 184	5,19	—

DISTRITOS	UDP			PSR			MDP			PDC			PPM		
	VOTOS	%	M	VOTOS	%	M	VOTOS	%	M	VOTOS	%	M	VOTOS	%	M
Aveiro	1 363	0,38	—	1382	0,39	—	2684	0,75	—	1411	0,39	—	773	0,22	—
Beja	1 100	1,07	—	1003	1,08	—	908	0,89	—	693	0,68	—	403	0,39	—
Braga	2 600	0,65	—	2105	0,52	—	1144	0,28	—	2051	0,51	—	1708	0,42	—
Bragança	627	0,68	—	788	0,85	—	414	0,45	—	1105	1,19	—	455	0,49	—
Castelo Branco	976	0,71	—	791	0,57	—	506	0,37	—	1349	0,98	—	758	0,55	—
Coimbra	1 030	0,42	—	1102	0,45	—	1024	0,42	—	850	0,35	—	1710	0,70	—
Évora	677	0,62	—	959	0,87	—	912	0,83	—	744	0,68	—	335	0,30	—
Faro	1 708	0,90	—	1342	0,71	—	2092	1,10	—	1034	0,54	—	1231	0,65	—
Guarda	318	0,27	—	302	0,26	—	357	0,30	—	1089	0,93	—	636	0,54	—
Leiria	1 294	0,54	—	942	0,39	—	843	0,35	—	1036	0,45	—	554	0,23	—
Lisboa	17 691	1,44	—	6967	0,57	—	8817	0,72	—	5181	0,42	—	6259	0,51	—
Portalegre	625	0,72	—	713	0,82	—	591	0,68	—	474	0,54	—	391	0,45	—
Porto	6 168	0,76	—	5992	0,64	—	4166	0,45	—	2626	0,28	—	2298	0,25	—
Santarém	2 609	0,98	—	2075	0,78	—	1221	0,46	—	2109	0,79	—	1208	0,45	—
Setúbal	5 865	1,49	—	2785	0,71	—	3666	0,93	—	1429	0,36	—	1048	0,27	—
Viana do Castelo	624	0,45	—	688	0,49	—	824	0,59	—	740	0,53	—	1070	0,76	—
Vila Real	546	0,40	—	790	0,58	—	349	0,26	—	1485	1,09	—	441	0,32	—
Viseu	773	0,34	—	1650	0,73	—	845	0,37	—	3538	1,56	—	1072	0,47	—
Açores	492	0,52	—	—	—	—	308	0,32	—	968	1,02	—	409	0,43	—
Madeira	3 727	3,13	—	997	0,84	—	349	0,29	—	817	0,69	—	405	0,34	—

DISTRITOS	PCTP			PC(R)			POUS		
	VOTOS	%	M	VOTOS	%	M	VOTOS	%	M
Aveiro	668	0,19	—	820	0,23	—	—	—	—
Beja	1024	1,00	—	706	0,69	—	—	—	—
Braga	1327	0,33	—	1362	0,34	—	1049	0,26	—
Bragança	275	0,30	—	512	0,55	—	—	—	—
Castelo Branco	575	0,42	—	1089	0,79	—	—	—	—
Coimbra	474	0,19	—	1225	0,45	—	1056	0,43	—
Évora	503	0,46	—	543	0,49	—	—	—	—
Faro	869	0,46	—	1417	0,75	—	—	—	—
Guarda	529	0,45	—	503	0,43	—	—	—	—
Leiria	648	0,27	—	738	0,31	—	958	0,40	—
Lisboa	5629	0,46	—	—	—	—	1904	0,15	—
Portalegre	595	0,68	—	506	0,58	—	—	—	—
Porto	2234	0,25	—	4085	0,44	—	2788	0,30	—
Santarém	1005	0,38	—	1263	0,47	—	—	—	—
Setúbal	1844	0,47	—	1259	0,32	—	663	0,17	—
Viana do Castelo	314	0,22	—	439	0,31	—	702	0,50	—
Vila Real	348	0,26	—	748	0,55	—	—	—	—
Viseu	458	0,20	—	807	0,36	—	—	—	—
Açores	373	0,39	—	—	—	—	—	—	—
Madeira	522	0,44	—	—	—	—	—	—	—



Nacional

Deputados eleitos pela CDU

Assembleia da República

BEJA



Bernardina Lúcia Sebastião, 34 anos, operária, membro suplente da Comissão Política do CC do PCP.



Cláudio José dos Santos Percheiro, 36 anos, técnico de finanças, vereador da Câmara Municipal de Odemira, animador do Movimento Voluntário Desportivo desde 1979, membro da Comissão Concelhia de Odemira do PCP.



António J.M. Vidigal Amaro, 45 anos, médico, presidente da Assembleia Municipal de Portel, membro da Comissão Concelhia de Portel do PCP.

Miguel Anastácio Filipe, 36 anos, professor, diretor da CERC/Beja, dirigente nacional da federação das CERC's, dirigente da União Coordenadora Nacional dos Organismos dos Deficientes, impulsionador da campanha do Pirlampo Mágico, membro da Comissão Concelhia de Beja do PCP.

BRAGA



António Lopes, 40 anos, membro suplente da Comissão Política do CC do PCP.

ÉVORA



Lino de Carvalho, 40 anos, técnico de contas, membro da Assembleia Municipal de Évora, membro do Secretariado Distrital das UCP's/Cooperativas de Évora, membro da Comissão Distrital de Évora e da Direcção da Organização Regional do PCP.



António J.M. Vidigal Amaro, 45 anos, médico, presidente da Assembleia Municipal de Portel, membro da Comissão Concelhia de Portel do PCP.

FARO



Carlos Brito, 54 anos, membro da Comissão Política do CC do PCP.

LISBOA



Álvaro Cunhal, 73 anos, secretário-geral do PCP.



Octávio Pato, 62 anos, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP.



Herculano Pombo, 32 anos, professor, membro do Conselho Nacional do Partido Ecologista «Os Verdes».



Anselmo Aníbal, 44 anos, professor universitário, vereador da Câmara Municipal de Lisboa, independente.



Jerónimo de Sousa, 40 anos, operário metalúrgico, membro suplente do Comité Central do PCP.



João Corregedor da Fonseca, 48 anos, jornalista, ex-membro da Comissão Política do MDP, membro da Associação Intervenção Democrática.



Luísa Amorim, 41 anos, médica, membro do Conselho e da Direcção Nacional do Movimento Democrático de Mulheres e vice-presidente da Federação Democrática Internacional de Mulheres, membro do PCP.



Carlos Carvalhas, 45 anos, economista, membro do Comité Central do PCP.



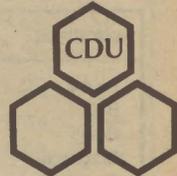
João Amaral, 43 anos, licenciado em Direito, membro do PCP.



Rogério Moreira, 23 anos, estudante universitário, membro da Direcção Nacional da JCP.



Diamantino José Dias, 36 anos, operário metalúrgico, membro do Comité Central do PCP.



PORTO



Carlos Costa, 59 anos, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP.



Raul Fernandes de Moraes e Castro, 65 anos, advogado, membro da Assembleia Municipal do Porto, ex-vice-presidente do MDP, membro da Associação Intervenção Democrática.



Edgar Maciel Almolda Correia, 42 anos, membro suplente da Comissão Política do CC do PCP.



António da Silva Mota, 50 anos, operário metalúrgico, membro do Comité Central do PCP.

SANTARÉM



Raimundo do Céu Cabral, 39 anos, operário agrícola, membro da Comissão Política do CC do PCP.



Domingos Abrantes, 51 anos, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP.



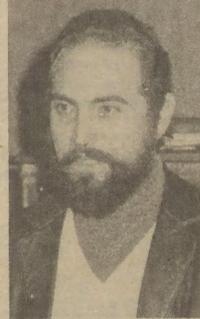
Maria Santos, 35 anos, assistente da Escola Superior de Educação de Setúbal, membro da Comissão Executiva Nacional do Partido Ecologista «Os Verdes».



José Vitoriano, 69 anos, membro da Comissão Política do CC do PCP.



Carlos Ramildes, 38 anos, membro suplente da Comissão Política do CC do PCP.



José Manuel Maia, 41 anos, operário, presidente da Assembleia Municipal de Alameda, membro do PCP.



Odete Santos, 46 anos, advogada, membro da Assembleia Municipal de Setúbal, membro do PCP.



Rogério Brito, 41 anos, engenheiro técnico agrícola, membro do PCP.



Parlamento Europeu



Ângelo Matos Veloso, 56 anos. Membro da Comissão Política do Comité Central do PCP, foi deputado à Assembleia Constituinte e à Assembleia da República. Foi candidato à Presidência da República em 1986.



Joaquim António Miranda da Silva, 36 anos. Economista, membro do PCP, foi vereador da Câmara Municipal de Portalegre em 1976 e 1977 e é membro da Assembleia Municipal de Portalegre. Deputado à Assembleia da República. Deputado ao Parlamento Europeu e vice-presidente do Grupo Comunista e Afins do Parlamento Europeu. Como deputado ao Parlamento Europeu integra as Comissões dos Orçamentos e da Agricultura e Pescas e a Delegação Parlamentar para a América Central.



José Barros Moura, 42 anos. Licenciado em Direito, membro do PCP. Foi diretor-geral das Relações Colectivas de Trabalho do Ministério do Trabalho em 1974 e 1975; foi coordenador do Gabinete de Estudos da CGTP-IN de 1976 a 1986; foi assistente encarregado de regência de Direito do Trabalho e Segurança social na Faculdade de Direito de Lisboa; foi conselheiro técnico da Delegação dos Trabalhadores Portugueses à Conferência Internacional do Trabalho da OIT em 1977 e anos seguintes; é deputado do PCP no Parlamento Europeu; é membro da Comissão Política do Parlamento Europeu e membro da Assembleia Paritária ACP-CEE.

Trabalhadores

Despedidos da Mompur — O Centro de Emprego do Barreiro começou a contactar ex-trabalhadores da Mompur (onde o governo e o IPE (Investimentos e Participações do Estado) provocaram recentemente 200 despedimentos) para lhes anunciar a atribuição de empréstimos de 120 contos, sem juros, durante sete anos, para se estabelecerem por conta própria. A Direcção do Sindicato dos Metalúrgicos do Sul considera este procedimento uma «pouca vergonha», recordando que aos trabalhadores da Mompur interessava «a manutenção dos postos de trabalho, pois, como sempre afirmaram, a empresa é rentável». Aquele organismo afirma que «não são as esmolas eleitoralistas do Governo PSD/Cavaco, depois de ter feito o mal, que vão resolver os problemas dos trabalhadores no desemprego e assegurar-lhes a estabilidade e o futuro».

Negociação na Enatur — As reuniões de negociação dos acordos de trabalho da Enatur iniciaram-se anteontem no Ministério do Trabalho e a pedido das organizações dos trabalhadores. Por esse motivo, a Federação dos Sindicatos da Hotelaria e Turismo desconvocou a paralisação marcada para dia 26. A Federação reivindica aumentos salariais de 16% em vez dos 11,9% propostos pela administração e aplicados desde Janeiro, alegando instruções do governo e a concordância da UGT. Os trabalhadores da Enatur fizeram já dois dias de greve em Abril e nos dias 12 e 18 de Julho. Na nota de imprensa em que informa que a adesão no dia 12 foi de 67% dos trabalhadores abrangidos a Federação denuncia «a repressão, a falta de democracia nos locais de trabalho e a situação de contratações a prazo de muitos trabalhadores».

Sector retalhista de Setúbal — Os trabalhadores do sector do comércio a retalho do distrito de Setúbal estão a discutir nas principais empresas do ramo e nas delegações do sindicato (CES-Sul) a sua proposta de revisão do CCTV. O projecto apresentado pela Direcção do sindicato prevê um aumento de 18% na tabela salarial (tal como nas diuturnidades e subsídios de caixa) e a subida de um nível salarial das costureiras, além da definição de funções, acessos e integração nas carreiras dos grupos socioprofissionais da hotelaria e panificação integradas no sector.

CEE apoia... despedimentos — «Nada melhor, na óptica dos senhores de Bruxelas e com o beneplácito do Governo de Cavaco Silva, que eliminar um potencial concorrente» — tal é a lógica que está por trás do pretensioso apoio de milhão e meio de contos concedido pela CEE aos estaleiros navais do distrito de Setúbal e que a federação sindical da metalurgia e metalomecânica oportunamente denunciou: «não passa da provável aplicação da 6.ª directiva da CEE para este sector, a qual se traduziria no despedimento de 2 mil trabalhadores da Setenave», estaleiros dos melhores apetrechados e em condições mais favoráveis para concorrer com os seus congéneres da Europa.

Governo sonega retroactivos — O governo não só obrigou milhares de trabalhadores da indústria e do comércio farmacêuticos a esperar 10 meses pelos aumentos salariais, como ainda lhes sonegou dezenas de contos — acusa a federação sindical do ramo (FSTIQFP): «As alterações salariais do CCTV produziram efeito a 1 de Outubro de 1986; contudo a portaria de extensão, só agora publicada, apenas produz efeitos a 1 de Abril de 1987». A Federação afirma que «a mesma situação se passou em relação a CCTV para a indústria química», cujos trabalhadores foram lesados em 3 meses de retroactivos, e avança a hipótese de «accionar mecanismos judiciais por manifestos prejuízos causados aos trabalhadores».

«Jornal da FENPROF» — Foi distribuído aos 70 mil sócios dos sindicatos da Federação Nacional dos Professores o número 36/38 do «Jornal da FENPROF», que inclui um dossier em que é feito o balanço da actualização do Ministério da Educação. «Mais do que palavras e juízos apriorísticos — afirma-se — aí estão factos indesmentíveis que fundamentam a apreciação extremamente crítica que a FENPROF tem feito da actividade do Ministério de João de Deus Pinheiro». Lembrando várias questões que levaram a FENPROF a intervir junto do MEC, como o Estatuto da Carreira Docente, a educação especial, a formação de professores e a estabilidade de emprego, a Federação sublinha mais uma vez «o contraste existente entre a prática persistente e responsável dos professores em contraponto à de um MEC palavroso, incapaz e prepotente».

Guardas florestais — A Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública vai realizar no dia 29 (quarta-feira), em Coimbra, um encontro nacional de guardas florestais em que será discutida a situação laboral no sector. Terá especial realce a elaboração de um novo caderno reivindicativo e da proposta sindical de alteração à carreira dos guardas florestais.

Supermercados**10 mil em proposta nacional****• Negócio Supa/Pingo Doce pode provocar despedimentos**

Uma proposta reivindicativa nacional, abrangendo os dez mil trabalhadores dos supermercados, foi apresentada recentemente para vigorar em todas as empresas do ramo. A FEPCES, principal organização representativa do sector do comércio, assinalava, entretanto, que do acordo celebrado entre as administrações da Supa (Pão de Açúcar) e Pingo Doce podem resultar centenas de despedimentos.

A proposta reivindicativa nacional, «para vigorar em todas as empresas» foi entregue pela Federação Nacional dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços (FEPCES) com sede em Lisboa, à Associação Nacional de Supermercados e às empresas Supa, Inô, Europa, Modelos, Continente, Expres-

CES estabelece que «a nível local são aplicáveis as normas contidas nos CCTs distritais, que digam respeito às matérias não regulamentadas na convenção proposta».

Com esta proposta, a FEPCES procura «defender os interesses de milhares de trabalhadores do sector e unificar as diversas modali-

do que, passando pela absorção de mais de 50 por cento do Pão de Açúcar pela outra cadeia de supermercados, pode resultar em centenas de despedimentos».

A FEPCES «considera que, de acordo com as leis em vigor, nenhuma transacção deste tipo poderia ser efectuada sem prévia consulta às organizações representativas dos trabalhadores, nomeadamente da CT da Supa e das comissões sindicais».

Aquela Federação sindical acrescenta que essa consulta não tinha sido feita, pelo menos até ao passado dia 14, data em que emitiu um comunicado sobre o assunto.

200 postos de trabalho em risco na Utilmóvel

Os 200 trabalhadores da Utilmóvel continuavam, em meados deste mês, com o posto de trabalho em risco. A decisão, segundo o Sindicato (CESL), dependia do Ministério do Trabalho.

Com o apoio declarado do CESL (Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Distrito de Lisboa), os trabalhadores afectados na Utilmóvel reclamam a viabilização da empresa, garantindo todos os postos de trabalho.

A Utilmóvel reuniu em 1 do corrente a assembleia de credores que, segundo o CESL, aprovou «um plano de gestão controlada», apresentada por dois dos credores.

Recorde-se que «a Segurança Social votou condicionadamente o plano, fazendo depender a sua posição definitiva da autorização dos responsáveis do Ministério do Trabalho, que decidirão em última análise sobre a viabilização ou falência de uma empresa com cerca de 200 postos de trabalho».

Os trabalhadores e o CESL defendem para a Utilmóvel o plano aprovado na assembleia de credores, designadamente no que se refere à defesa dos postos de trabalho.

Aumentam os atrasados no comércio

Os salários em atraso no comércio e serviços continuavam a aumentar no fim do mês passado. Segundo o CESL, em 1 do corrente havia no distrito de Lisboa 2120 trabalhadores afectados, 341 201 contos de dívidas e 31 empresas em situação irregular.

Ao comparar esses resultados com os de Novembro de 1986, apurados pelo mesmo Sindicato, a conclusão do CESL é de que os salários em atraso no comércio e serviços, apenas no distrito de Lisboa, aumentaram desde aí «na ordem dos 100 por cento».

Efectivamente, em Novembro de 1986, havia, segundo o CESL, 1095 trabalhadores afectados, 145 300 contos de dívidas e 20 empresas em situação irregular.



Transacção ilegal no Pão de Açúcar, segundo a FEPCES

so, A.C. Santos, Pingo Doce, Delta, Gama, Vilares e Elo.

Segundo a FEPCES, a proposta reivindicativa nacional, que abrange 10 mil trabalhadores, «pretende disciplinar as matérias contratuais a prazo, os acessos e carreiras, horários e descanso semanal, subsídio de turno, diuturnidades, subsídio de refeição e de penosidade», entre outras matérias de âmbito contratual.

Quanto à tabela salarial proposta, a FEPCES adianta que a mesma estabelece 16 níveis profissionais, «procurando assim garantir que os trabalhadores de igual categoria, da mesma empresa e do mesmo subsector auferam salários iguais».

Normas a nível local

Uma cláusula final da proposta apresentada pela FEP-

des de relações de trabalho resultantes da aplicação, quer de diversos instrumentos distritais de regulamentação colectiva, quer ainda da imposição de normas manifestamente ilegais, como é a da generalização do trabalho precário».

Segundo o prazo estabelecido na lei, a associação patronal e as empresas dispõem de um mês de prazo, que termina em fins de Julho, para apresentar as suas contrapropostas.

Pingo Doce absorveria 50 por cento da Supa

Citando a «hierarquia da Supa» (Pão de Açúcar), a FEPCES adianta que «a administração desta empresa celebrou com a administração do Pingo Doce um acor-

Embora com reservas sobre o montante da operação, a FEPCES destaca que «para esse efeito estaria prevista a verba de dois milhões de contos».

Acrescenta a FEPCES, ainda sobre a questão do cumprimento da lei, que «qualquer transacção de posições», sem ouvir as organizações representativas, «seria de nenhuma importância e não implicaria alteração ou mudança de local de postos de trabalho já existentes».

Em 14 do corrente, a FEPCES revelava também que já pedira reuniões urgentes com a administração a Supa e do Pingo Doce, para «completo esclarecimento da situação».

A Federação anunciava, também na mesma data, a convocação de reuniões com os trabalhadores em todas as lojas, para debate e tomada de posições que a situação exija».

Trabalhadores

A hora é de cerrar fileiras — adverte a CGTP

Na sua primeira tomada de posição pública depois das eleições legislativas de 19 de Julho, os dirigentes da CGTP-IN, através da comissão executiva do conselho nacional, afirmaram que os resultados eleitorais, ao darem a maioria absoluta ao PSD, servem «objectivamente os interesses do grande patronato».

A hora é de cerrar fileiras, sublinha a direcção nacional da CGTP referindo-se aos trabalhadores, num apelo para que «independentemente das suas opções ideológicas», se unam na «defesa dos seus interesses de classe».

Os dirigentes da CGTP, que marcaram para esta semana duas reuniões dos seus principais órgãos de direcção, sublinham também, naquela sua primeira tomada de posição, conhecida no próprio dia das eleições, que «a maioria absoluta do PSD» abre caminho às pretensões do grande patronato, designadamente «com a alteração

da legislação laboral».

Publica-se a seguir, na íntegra, o comunicado da comissão executiva do conselho nacional da CGTP, data de 20 do corrente:

«O resultado das eleições que deram a maioria absoluta ao PSD serve objectivamente os interesses do grande patronato e abre caminho à viabilização das suas pretensões.

«As promessas e a propaganda eleitoral do Governo PSD, em detrimento da verdade, do esclarecimento e do debate das grandes questões nacionais, tiveram influência determinante nesse resultado.

«Tal como a CGTP-IN já tinha alertado, uma derrota das forças democráticas, conduzirá a uma nova e violenta ofensiva contra os direitos dos trabalhadores, designadamente com a alteração da legislação laboral, o que determinará acrescidas dificuldades e o agudizar dos problemas sociais.

«A CGTP-IN encara com serenidade e responsabilidade a nova situação política sem, no entanto, deixar de expressar a sua profunda preocupação pelas consequências que dela podem resultar.

«A vida já demonstrou, no passado recente, que a unidade e a luta dos trabalhadores, em torno da CGTP-IN, tem impedido a concretização dos objectivos antidemocráticos de governos anteriores, mesmo quando apoiados com confortáveis maio-



A CGTP reúne hoje o seu conselho nacional (foto de arquivo)

rias parlamentares.

«Perante a nova situação política a CGTP-IN considera que é hora de os trabalhadores cerrarem fileiras, independentemente das suas opções ideológicas, para se unirem na defesa dos seus interesses de classe.»

Saúde

Ruptura em serviços hospitalares, provocada pela saída de enfermeiros

A publicidade televisiva acerca do Hospital de S. Francisco Xavier, paga pelo Governo, certamente através do Ministério da Saúde, não consegue iludir o carácter de adjacência daquele «novo» estabelecimento hospitalar, que vive à custa dos quadros de pessoal de outros hospitais severamente atingidos principalmente pela transferência de pessoal de enfermagem. Segundo o Sindicato do ramo que cobre a zona da grande Lisboa, «desde Maio de 1987, cerca de 140 enfermeiros optaram por sair dos principais hospitais» desta zona, 60 dos quais do Hospital Egas Moniz e 33 do Hospital de Santa Maria.

Neste último estabelecimento, cujas carências são conhecidas, além daqueles 33 profissionais de enfermagem, que saíram até ao mês de Maio findo, «muitos outros estão prestes a deixar esta instituição», afirma o Sindicato

dos Enfermeiros da Zona Sul e Região Autónoma dos Açores.

Se a situação de transferência se mantiver, no Santa Maria, «pelo menos quatro serviços correm o risco de encerrar».

Depois de sublinhar que «não está em causa a abertura de novos hospitais», aquele Sindicato, ao acrescentar que a abertura do S. Francisco Xavier, no Restelo, «apenas veio piorar o nível de cuidados de saúde prestados aos doentes», refere que as transferências de enfermeiros para o Francisco Xavier — «transferências», aliás, que mete entre aspas — «leva a situações de ruptura noutros hospitais».

Mais de 30 enfermeiros sairão proximamente

O Sindicato acrescenta que mais 30 enfermeiros sairão «nos próximos dias» dos principais hospitais da zona de Lisboa.

Depois de perguntar «quem lucra com tudo isto», o Sindicato faz notar que «o Ministério da Saúde sabia muito bem que tal iria acontecer com a abertura de novos hospitais», sendo assim «inadmissível» a falta de uma programação adequada, por forma a permitir «a abertura de serviços com os recursos humanos necessários sem com isso prejudicar os restantes estabelecimentos».

No Hospital Egas Moniz, por exemplo, os 60 enfermeiros que saíram levaram ao encerramento dos serviços de pediatria e obstetrícia.

Estes encerramentos vieram agravar a sobrecarga de serviço que já se verificava

noutros serviços do mesmo Hospital.

Os enfermeiros, acrescenta aquela organização sindical, «não suportarão por muito tempo esta sobrecarga de trabalho que a curto prazo porá em causa a sua integridade bio-psico-social, com todas as consequências que daí poderão advir».

O Sindicato faz questão de assinalar que os enfermeiros não podem ser responsabilizados por esta situação, que sofre na pele e para a qual em nada contribuíram.

Num comunicado que data de há cerca de uma semana, o Sindicato dos Enfermeiros da Zona Sul e Região Autónoma dos Açores revela que o Hospital de São Francisco Xavier continua sem funcionar e que «os restantes serviços pouca resposta dão às necessidades da zona».

Depois de reafirmar que não está em causa a abertura de novos hospitais, mas sim uma programação adequada, designadamente por forma a não prejudicar seriamente nem os utentes, o Sindicato, apoiando a mobilidade do pessoal «entre os diferentes hospitais do País», conclui que «o que está em causa é uma gestão incorrecta de recursos e materiais, que sacrifica tudo e todos, não para melhorar os cuidados de saúde, mas para se abrirem mais hospitais para figurar nas estatísticas».

Eleições nas escolas Reforço da gestão democrática

A campanha da FENPROF para dinamizar as eleições dos conselhos directivos nas escolas constituiu «um êxito assinalável». Em 65 por cento das escolas onde os anteriores órgãos de gestão haviam terminado o seu mandato, sublinha a Federação, «o novo conselho directivo foi eleito na base de uma ou mais listas concorrentes». A FENPROF destaca, a nível regional, que o índice de eleição por lista «atingiu valores acima dos 80 por cento», em distritos como Vila Real.

Duas em três escolas preparatórias e secundárias elegeram democraticamente o seu conselho directivo, sublinha a Federação Nacional dos Professores. Num seu comunicado de quinta-feira passada, a FENPROF «orgulha-se de proclamar este período eleitoral para os órgãos de gestão das nossas escolas como uma nova e firme demonstração dos professores de manter e defender a gestão democrática, apesar das diversificadas e sistemáticas tentativas governamentais para a pôr em causa».

Reunidos na quarta-feira da semana passada, para analisar os processos eleitorais, os dirigentes dos sindicatos dos professores referiram que mesmo nas escolas onde foi necessário indicar previamente três nomes para entre eles ser escolhido o presidente do conselho directivo, mesmo aí «essa indicação foi genericamente efectuada na base da consulta democrática no conjunto do corpo docente da escola».

Eleição dos mais indicados

A FENPROF chama a atenção para o facto de não ter estado em causa nestas eleições dos conselhos directivos uma ou outra «sensibilidade pedagógica, sindical ou mesmo política», mas acima de tudo a preocupação de serem eleitos aqueles que «a generalidade da comunidade escolar considera mais indicados para assumir a responsabilidade de gerir democraticamente a sua escola».

Sem deixar de referir «dificuldades e oposições», a Federação Nacional dos Professores reafirma que estas eleições escolares foram «um êxito assinalável», pois em «dois terços das escolas apresentaram-se a sufrágio e foram eleitas listas».

Nos restantes casos, segundo os sindicatos e a Federação, também «foi respeitada a vontade democraticamente expressa pelo corpo docente das escolas, embora sob a forma de votação nominal».

Na reunião sindical do passado dia 15, em Lisboa, os dirigentes dos sindicatos filiados na FENPROF alertaram para o facto de estas eleições se terem organizado apesar de o prazo legal para se efectuarem ter sido antecipado. Não só esse prazo foi antecipado de 15 de Julho para 31 de Maio, como só tardiamente essa alteração foi comunicada às escolas pelos serviços do Ministério da Educação.

Num comunicado em nome do secretariado da FENPROF, afirma-se a concluir que, na reunião dos dirigentes sindicais dos professores do passado dia 15, foi decidido continuar com a acção desenvolvida neste campo, assim como «intensificar acções de apoio ao trabalho dos conselhos directivos, nomeadamente neste início de mandato».

Decidiu-se ainda na mesma reunião «aprofundar o debate no sentido de aperfeiçoar, tornando-a mais eficaz e participada, a gestão das nossas escolas».

A CRISE ECONÓMICA E SOCIAL NO MUNDO

AS SUAS REPERCUSSÕES NOS PAÍSES SUBDESENVOLVIDOS, AS SUAS PERSPECTIVAS SOMBRIAS E AS NECESSIDADES DE LUTAR SE QUEREMOS SOBREVIVER



PROBLEMAS DO MUNDO CONTEMPORÂNEO

edições Avante!



Fidel Castro



ASSINATURA 6 OU 12 NÚMEROS	
Continente	220\$00 - 440\$00
Regiões Autónomas	280\$00 - 560\$00
Europa	550\$00 - 1100\$00
Angola, C. Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, S. Tomé	750\$00 - 1500\$00
Outros Países	850\$00 - 1700\$00



Nacional

Vereadores do PCP propõem Livro branco para habitação de Lisboa

Face à dramática situação existente na cidade de Lisboa no domínio da habitação, os vereadores do PCP propuseram que fosse elaborado um livro branco que retratasse a situação e servisse de base a um programa de investimento de emergência para as zonas degradadas, com vista a incluir na próxima lei das Grandes Opções do Plano e Orçamento do Estado, financiamento de emergência ao abrigo da lei que prevê situações de calamidade pública.

Na reunião da Câmara de 6 do corrente, a proposta foi rejeitada com os votos contra dos vereadores do PSD, do CDS e do PS. Deste modo o presidente da CML e os vereadores seus aliados perderam uma oportunidade de, perante o Poder Central, reivindicar deste uma responsabilização decisiva na resolução do problema, sendo certo que a Câmara, só por si, não tem meios de resolver, face à gravidade e dimensão do mesmo.

A Câmara demitiu-se de mostrar a sua vontade efectiva de dar solução às 15 mil barracas e equiparadas, aos



Na foto: problemas (graves) de habitação e sanidade na Freguesia de Charneca do Lumiar. Apenas um dos muitos pontos da cidade de Lisboa onde o problema habitacional é uma angústia quotidiana.

26 mil fogos sobreocupados onde vivem 80 mil pessoas e aos 50 mil pedidos de atri-

buição de casas pendentes nos serviços — denunciam os vereadores do PCP, que

prosseguem:

A Câmara abdicou, pois, de exigir do Poder Central a resolução deste gravíssimo problema, sendo certo que o município, nos últimos 4 anos, construiu em média apenas 394 fogos e cedeu, em média, apenas 329 habitações e sendo certo, também, que o acordo de colaboração celebrado com o Governo, mesmo que fosse cumprido, não resolveria o problema de 45 por cento das barracas existentes e de nenhum fogo sobreocupado ou degradado.

Particularmente significativa foi a posição dos vereadores do PS, que tendo defendido uma solução semelhante embora menos completa, no ano passado, votaram agora contra a proposta dos vereadores do PCP — acentuaram os vereadores comunistas, que concluem garantindo que tudo farão para que, no âmbito da próxima Assembleia da República, a proposta tenha acolhimento, apesar da posição demissionista da Câmara, porque assim o exigem os cerca de 16% de habitantes de Lisboa que vivem em condições sub-humanas.



Os 101 anos de Loures

A 26 de Julho de 1886 era publicado no «Diário do Governo» o decreto real que determinava a constituição do Concelho de Loures. Nascia assim, há precisamente 101 anos, aquele que é hoje o terceiro maior concelho do País, logo após Lisboa (o seu vizinho gigante) e Porto, com os seus 320 mil habitantes e 19 mil hectares de superfície. As comemorações estão aí.

Para comemorar o 101.º aniversário da fundação do Município de Loures foi elaborado um vasto programa de actividades, que decorrerão durante todo o mês de Julho. Deste programa, destacam-se actividades culturais, desportivas e infantis. Entre 3 e 26 deste mês estarão presentes em espectáculo no concelho alguns dos mais destacados nomes da actual música popular portuguesa, como Sérgio Godinho, Rão Kyao, Janita Salomé, Paulo de Carvalho, Rádio Macau, Go Graal Blues Band, Jorge Palma, Nana Sousa Dias, Mier Ite Dada, Afonsinhos do Condado e Rui Veloso.

Em termos desportivos, destaque para o atletismo, ciclismo, patinagem artística, halterofilia, xadrez, damas e tiro aos pratos. Estas modalidades desportivas animarão, durante as comemorações deste 101.º aniversário do Município de Loures, muitas centenas de jovens e menos jovens, um pouco por toda a área do município.

Programa especial, foi preparado para os mais pequenos. Para eles reservou o município todo o espaço do jardim municipal de Loures,

local onde poderão ocupar-se de actividades tão diversas, como fabrico de pão, pastelaria, esplanada, carpintaria, modelagem, cestaria, pintura e trabalhos em papel. Funcionando em sistema de «ateliers», estas actividades proporcionarão aos jovens estudantes do ensino primário do concelho, e a outros jovens, em geral, um contacto real com algumas das actividades económicas fundamentais e tradicionais das populações, provavelmente impossíveis noutras circunstâncias.

Por fim, são de destacar, os três dias que constituem aquilo que poderemos classificar de «núcleo» das comemorações: nos dias 24, 25 e 26 de Julho, para além das actividades já citadas, haverá outras manifestações, das quais se destacam um arraial salão, com comes e bebes típicos e jogos populares tradicionais, uma exposição de artes plásticas, dedicada em particular aos artistas locais, mas com a presença de convidados de outros pontos do País, e um espaço para a juventude, com café concerto, video-clips e «canta quem quer».

UPPSS: 13 anos em defesa dos reformados

Passam no próximo dia 27, segunda-feira, treze anos sobre a data de constituição da União de Pensionistas da Previdência e Segurança Social (UPPSS), primeira organização de reformados criada no nosso país após a Revolução do 25 de Abril. Culminando um vasto programa comemorativo que tem vindo a decorrer no presente mês de Julho, a passagem da data

será assinalada com um baile de aniversário no Centro de Dia, em Lisboa, no domingo, iniciativa para a qual foram convidadas associações congéneres do Barreiro, Pinhal Novo, Seixal, Lavradio, Alhos Vedros, Baixa da Banheira, Moita e Montijo.

Vocacionada para lutar pela unidade orgânica dos reformados, pensionistas e ido-

gos e desenvolver o espírito unitário e solidário entre os seus sócios, «com independência e autonomia em relação ao Estado, organizações políticas e religiosas», a UPPSS tem desenvolvido uma importante acção no seio desta numerosa camada da nossa população — recorde-se que são quase dois milhões — nomeadamente no apoio e organização de dili-

gências conducentes à efectivação dos seus direitos.

Publicando regularmente o jornal «Paralelo 50», a UPPSS conta também entre a sua numerosa actividade com reuniões de convívio, festas, viagens de estudo e recreio e muitas outras iniciativas de carácter cultural e desportivo inseridas numa prática orientada para uma saudável ocupação dos tempos livres.

Camaradas Falecidos

Manuel Vicente

Membro da Comissão de Freguesia de Plas, faleceu recentemente o nosso camarada Manuel Angélica Vicente, trabalhador da UCP Esquerda Vencerá. O militante comunista encontrou a morte quando se encontrava a trabalhar na herdade do Monte Branco, vítima de uma falcata de trovoadas. A UCP paralisou toda a sua actividade para que os trabalhadores se incorporassem no funeral. Muito estimado por todos os camaradas e companheiros, Manuel Vicente deixou viúva e dois filhos menores.

Manuel Ferreira

Da Comissão Concelhia de Santarém do PCP chega-

mos a informação sobre o falecimento do nosso camarada Manuel Martins Ferreira, de 71 anos, operário agrícola, natural do Vale de Santarém, onde decorreu o funeral. Membro do Partido desde os tempos da ditadura, Manuel Ferreira conheceu as prisões da Pide e foi um lutador corajoso na defesa dos interesses dos trabalhadores e do povo do Vale de Santarém.

**

Aos familiares, amigos e companheiros dos comunistas falecidos, o colectivo do Avante! expressa as suas sentidas condolências.

Universidade de Coimbra Quem é o novo director da Biblioteca...

A Comissão Juvenil da CDU de Coimbra, em telex assinado por Paula Santos Cardoso, condenou firmemente a nomeação do docente Aníbal Pinto de Castro para director da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra. E isto por três ordens de razões:

1 — Pelas posições que este docente tomou quando das lutas estudantis de 1969, nomeadamente ao denunciar estudantes às estruturas policiais, de que resultaram pri-

sões, expulsões da Universidade e obrigatoriedade de cumprimento do serviço militar em África;

2 — Por ter sido feita no final do ano lectivo, quando a maioria dos estudantes já se encontrava em férias ou em exames, dificultando a oposição estudantil a tal nomeação;

3 — Pelo facto de esta nomeação ter sido feita em plena campanha eleitoral, possibilitando especulações políticas.

Reunião de militantes em Oeiras

Realiza-se no próximo dia 24, às 21.30 h, no Centro de Trabalho de Algés, uma reunião de militantes do Partido do concelho de Oeiras. Presente, o camarada Abílio Martins, membro do Comité Central e em análise vai estar, naturalmente, a actual situação política.

Internacional



Colômbia

Festa de «Voz» pelo direito à vida

O órgão central do Partido Comunista Colombiano, o semanário «Voz», comemorou no passado fim-de-semana o seu 30.º aniversário, data assinalada também pela realização da 9.ª Festa do «Voz».

Mais do que uma jornada festiva tratou-se sobretudo de uma jornada de luta pelo direito à vida, pela democracia e pela paz, realizada nas difíceis condições que se vivem na Colômbia, onde campeia a repressão e o mais completo desrespeito pelos direitos humanos.

A «abertura democrática» iniciada no país com o presidente Belisario Betancour nunca obteve o acordo dos militares, cujo poder constitui um verdadeiro Estado dentro do Estado. Apesar disso, durante o mandato de Betancour, de 1982 a 1986, foi possível levar a cabo acordos de cessar-fogo com os grupos de guerrilheiros existentes no país, o que permitiu dar início a um processo de diálogo que levaria à con-

solidação das forças democráticas colombianas. A formação da União Patriótica (UP), integrada pelo Partido Comunista Colombiano, representantes dos diferentes grupos guerrilheiros e inúmeras organizações sociais e culturais, constituiu um dos principais frutos da «abertura». A União Patriótica detém actualmente 14 deputados e um número considerável de conselheiros municipais, quando antes do cessar-fogo

o PCC dispunha apenas de um deputado e um senador.

A crescente força da UP, afirmando-se cada vez mais como a única alternativa popular capaz de romper com o sistema clássico de bipartidarismo existente na Colômbia (há mais de um século que o Partido Liberal e o Partido Conservador se alternam no poder), tornou-se uma ameaça para os militaristas e forças reacçãoárias que têm mantido o regime à sombra da aplicação contínua do Estado de sítio nos últimos 35 anos.

A vaga repressiva desencadeada contra a União Patriótica é bem o exemplo da reacção colombiana ao desenvolvimento da democracia no país. Em ano e meio foram assassinados 400 membros de UP, em espe-

cial comunistas, entre os quais um senador, dois deputados e dezassete conselheiros municipais.

O terror institucionalizado, a que o actual governo de Virgilio Barco (eleito em Maio do ano passado pelo Partido Liberal) não tem dado a resposta necessária, quer por incapacidade quer por verdadeiro empenhamento, afecta igualmente outros sectores da população. Grupos paramilitares reconhecidamente organizados a partir das forças armadas colombianas e organizações terroristas tipo «esquadrões da morte», actuam por todo o país assassinando mendigos, prostitutas, homossexuais; só no ano passado, na terceira cidade do país, foram assassinadas mil e quinhentas pessoas!

Neste contexto, o direito à vida tornou-se no principal objectivo da luta das forças democráticas na Colômbia, a par da luta pelas reformas políticas, económicas e sociais preconizadas pela União Patriótica.

Importa ter presente que por trás da fachada democrática da Colômbia se esconde o domínio feroz da oligarquia nacional, profundamente ligada aos interesses norte-americanos.

Compreende-se a coragem e determinação dos comunistas e outros democratas colombianos que no passado fim-de-semana comemoraram o 30.º aniversário do «Voz», sabendo que o simples facto constitui um perigo para a sua própria sobrevivência. A solidariedade dos comunistas portugueses esteve com eles. Em mensagem enviada pelo CC do PCP foi reafirmada a solidariedade para com a **heróica luta do Partido Comunista Colombiano pelo fim da repressão, pelo direito à vida, pela concretização da abertura democrática**, ao mesmo tempo que se expressou a vontade de reforçar ainda mais as relações de fraternal amizade e solidariedade existentes entre os dois partidos.

PPS de Marrocos realizou IV Congresso

O secretário-geral do Partido do Progresso e do Socialismo (PPS) de Marrocos, Ali Yata, condenou vigorosamente o regime do *apartheid* na África do Sul considerando a situação que se vive naquele país um desafio à comunidade internacional. As referidas declarações constam do relatório do CC do PPS ao IV Congresso do partido, realizado nos dias 18 e 19 de Julho com a participação de 1200 delegados e representantes de 31 partidos comunistas e operários.

O relatório ao Congresso reafirma a solidariedade do PPS para com a luta dos povos árabes contra a política de agressão imperialista e sionista e o apoio às justas exigências do povo palestino para obter os seus legítimos direitos, designadamente a criação de um Estado independente. A propósito o secretário-geral do PPS sublinhou a importância dum acção árabe conjunta a todos os níveis, bem como a aliança com os verdadeiros amigos dos povos árabes.

Uma posição que o PCP partilha, como se afirma na saudação enviada pelo Comité Central ao IV Congresso do PPS, em que se reafirma a solidariedade à causa palestina, assim como à luta das forças democráticas e patrióticas libanesas e se condena firmemente a política expansionista dos sionistas de Israel, ponta de lança do imperialismo norte-americano, defendendo a realização urgente da Conferência Internacional sobre o Médio Oriente.

Na sua mensagem o PCP afirma ainda acompanhar com grande interesse a luta dos comunistas marroquinos em defesa dos interesses vitais dos trabalhadores, contra a política antidemocrática,

autoritária e de alinhamento com o imperialismo dos círculos dirigentes de Marrocos, que conduz ao agravamento da miséria e do obscurantismo.

Condenando firmemente a repressão que atinge os trabalhadores e as forças democráticas de Marrocos, e em particular o PPS, a saudação do PCP exprime a solidariedade dos comunistas portugueses para com a luta do povo marroquino pela democracia, o progresso social, a independência e a soberania nacionais, pela paz.

A importância do papel desempenhado pelos comunistas marroquinos é tanto maior quanto se sabe que as pretensões do imperialismo norte-americano em manter e alargar as bases militares em Marrocos se inserem na sua estratégia de domínio e confronto à escala mundial, ameaçando a paz e a segurança em numerosas regiões e no mundo.

Fundamental para o combate a tais pretensões é o reforço do PPS que, como afirmou o respectivo secretário-geral, progride no seu desenvolvimento em partido de massas na luta consequente pela defesa dos interesses da classe operária e dos outros trabalhadores e dos interesses nacionais.

F-16 em Portugal?

Setenta e dois F-16 — sofisticados aviões de guerra norte-americanos, actualmente instalados em território espanhol — poderão vir para Portugal?

Uma pergunta que só de si é já um alerta — pela gravidade do que está implícito em tal possibilidade. Entretanto diferentes factos confluem, apontando para a sua concretização.

Imediatamente após a divulgação internacional dos resultados eleitorais em Portugal, o «New York Times» dava a sua interpretação dos factos: a maioria do PSD aparece, não só como uma garantia de que se manterão as estreitas relações com os Estados Unidos, como ainda se salienta «a oferta de Portugal para constituir uma alternativa à Espanha», se o governo espanhol mantiver a decisão de reduzir as tropas norte-americanas e de retirar as unidades de aviões de combate F-16 do território do país.

Também outro jornal norte-americano, o «Sun», comentando a maioria PSD, referia a possibilidade de transferência para o nosso país das tropas e da unidade de aviões F-16.

Não é a primeira vez que esta questão é levantada, especificamente pelo diário madrilenho «El País».

Entretanto, já no início deste mês de Julho, a «Lusa» divulgava a notícia de contactos havidos entre funcionários do governo de Washington e diplomatas portugueses acreditados em Washington e, junto da NATO, em

Bruxelas.

A razão de tais contactos seria uma transferência dos F-16 norte-americanos, ora instalados na base de Torrejon de Ardoz, a 16 quilómetros de Madrid, para a base de Beja.

Já durante a renegociação do acordo sobre a base das Lajes, nos Açores, os EUA teriam pedido a Portugal «facilidades no Continente, Açores e Madeira. Foi então definida a possibilidade de estabelecer uma estação de rastreio de satélites (uma peça da «guerra das estrelas») em Almodôvar. É evidente que outras cedências do território nacional poderão já então ter sido abordadas. O que aliás se inscreve na lógica da política externa anti-nacional que tem vindo a ser desenvolvida.

De salientar que a simples presença de aviões de guerra norte-americanos pressupõe o risco da utilização do nosso território para uma agressão com armas nucleares.

Mais ainda, e concretamente, os F-16 são aviões que podem cumprir missões fora da área geográfica da NATO. E é de lembrar que aviões militares norte-americanos chegaram a sobrevoar (pelo menos) território espanhol, para bombardear Trípoli e Bengazi, sem qualquer pedido de autorização.

Os riscos estão à vista. Agravados ainda pela actual existência de uma maioria PSD. Podemos vir a ser utilizados como base de agressão. Podemos vir a ser uma mais importante «posição estratégica» na política agressiva do imperialismo.

OBRAS ESCOLHIDAS DE MARX/ENGELS

Obras fundamentais dos fundadores do socialismo científico



Tradução portuguesa rigorosa dos principais textos de Marx/Engels

Uma iniciativa de edições **Avante!** e Editorial Progresso

Internacional

Nicarágua comemorou 8.º aniversário da revolução sandinista

O povo nicaraguense comemorou no passado domingo, dia 19, o 8.º aniversário da revolução sandinista, com a afirmação inequívoca da firme disposição popular de continuar a defender a independência nacional e o direito a decidir livremente sobre o seu próprio destino. As comemorações, em que participaram inúmeras delegações estrangeiras de organizações de solidariedade com a Nicarágua, centraram-se em Matagalpa; cidade do Norte do país, escolhida enquanto exemplo da vitória económica sobre a agressão dos «contras», pois os camponeses da região venceram a «batalha do café», principal artigo de exportação da República, e da formação de destacamentos de milícia popular que juntamente com as unidades do exército combatem os inimigos da revolução.

As críticas à política de agressão e ingerência praticada pelos Estados Unidos contra a Nicarágua foram a tônica dominante do discurso do presidente nicaraguense, Daniel Ortega, que acusou Reagan de pretender levar uma vez mais o Congresso norte-americano a aprovar o fornecimento de verbas aos «contras», criando condições para uma eventual intervenção militar directa dos EUA na Nicarágua.

Daniel Ortega afirmou que a Casa Branca não está de modo nenhum interessada «em negociações para uma solução pacífica do conflito

na América Central». Muito pelo contrário, afirmou, o presidente Reagan «está decidido, qualquer que seja o preço, a derrubar o governo sandinista» antes do termo do seu mandato presidencial em Janeiro de 1989.

Os sucessivos boicotes às iniciativas de paz para a América Central, de que é exemplo o adiamento «sine die» da cimeira que deveria ter-se realizado em Esquipulas, na Guatemala, o mês passado; as desesperadas tentativas de levar os «contras» a conseguir instalar uma base no território nicaraguense; os sucessivos pla-

nos engendrados pela CIA para desacreditar o governo de Manágua; o continuado boicote económico aos produtos nicaraguenses, testemunham bem as razões que assistem às acusações proferidas por Daniel Ortega.

Recorda-se que no início do mês o vice-chefe de Estado-Maior do Exército sandinista anunciou terem fracassado as tentativas empreendidas pelos «contras» para se instalarem no Norte do país, de acordo com o chamado «plano América» da responsabilidade da CIA. Segundo aquele responsável sandinista, mais de mil mercenários da CIA haviam penetrado desde Maio último no Norte do país, causando a morte de 33 populares, ferindo 44 e raptando 39, mas o exército sandinista conseguiu travar a sua acção aniquilando-lhes as bases.

O «plano América» previa a criação de grandes bases dos «contras» no Norte da Nicarágua e a realização de várias acções de sabotagem com o objectivo, entre outros, de fazer malograr as comemorações do 19 de Julho.

Um outro plano da CIA foi

denunciado por Daniel Ortega, há cerca de quinze dias. Com ele se planeava a eliminação física de algumas figuras da oposição nicaraguense, com o objectivo de fazer recair sobre os sandinistas a responsabilidade por assassinios cometidos por agentes dos serviços secretos norte-americanos, desacreditando o governo e servindo-se daquele pretexto para desencadear acções contra a Nicarágua.

Solidariedade

Discursando em Matagalpa, o presidente nicaraguense alertou para o facto de que, se o Congresso norte-americano aprovar em Setembro novos créditos para os grupos contra-revolucionários, isso dará a Reagan a desejada «legitimidade» para uma intervenção directa na Nicarágua. Pelo que, sublinhou, se torna cada vez mais urgente desenvolver e concretizar iniciativas de paz que permitam restabelecer o diálogo entre Washington e Manágua, interrompido unilateralmente pelos EUA.

Na ocasião, Daniel Ortega fez ainda o balanço de seis anos de agressão fomentada pela administração Reagan,



Nicarágua, oito anos de revolução, a mesma firmeza e determinação na luta pela defesa da independência e pela paz

revelando que ela provocou a morte de 43 176 nicaraguenses (seis mil dos quais este ano) e obriga a desviar 46,3 por cento do orçamento do Estado para despesas militares.

A importância da solidariedade internacional não pode pois ser subestimada. No 19 de Julho o apoio dos comunistas esteve uma vez mais presente, através da saudação enviada pelo CC do PCP à direcção nacional da Frente Sandinista de Libertação Nacional.

Após reconhecer o alcance e significado internacional

da revolução sandinista, a mensagem afirma que a sua defesa «em face da brutal agressão do imperialismo norte-americano e seus fantoches na região, tornou-se causa de todas as forças revolucionárias e anti-imperialistas, de todas as forças que lutam pela independência, a democracia, o progresso social, o socialismo e a paz». Exemplo «valioso para todos os povos que lutam pela sua libertação», a revolução sandinista conta com a solidariedade activa da classe operária, dos trabalhadores e dos comunistas portugueses.

Ultimato da ONU à guerra do Golfo

O Conselho de Segurança das Nações Unidas decidiu por unanimidade ordenar ao Irão e ao Iraque um cessar-fogo imediato na guerra do Golfo que opõe aqueles dois países há cerca de oito anos.

A decisão do Conselho, tomada na passada segunda-feira, exige ainda aos dois países a retirada das respectivas tropas para as fronteiras internacionalmente reconhecidas e admite, ainda que não explicitamente, a possibilidade de se recorrer a sanções caso o cessar-fogo não seja observado.

A resolução agora aprovada pelos 15 membros do Conselho, sob proposta dos cinco membros permanentes — Estados Unidos, União Soviética, França, Grã-Bretanha e China — é a primeira com carácter obrigatório. Anteriormente, o Conselho havia lançado vários apelos para um cessar-fogo mas sem recorrer às cláusulas da Carta da ONU que têm carácter obrigatório. Nenhum foi ouvido; como o não foram os apelos e diligências desenvolvidas pelo Movimento dos Países Não-Alinhados e da Conferência Islâmica, que de várias formas têm feito sentir a inutilidade desta guerra de efeitos catastrófi-

cos para ambas as partes e que apenas beneficia os interesses sionistas e o imperialismo norte-americano.

É curioso assinalar que nesta reunião do Conselho de Segurança os EUA tenham proposto um embargo de venda de armas, quando o escândalo do Irangate (venda de armas ao Irão pela administração Reagan) continua a dar que falar e quando Reagan insiste no aumento da presença militar norte-americana na zona do Golfo.

Para quem ainda possa ter dúvidas dos verdadeiros objectivos da administração norte-americana basta recordar as declarações de Rea-

gan, há cerca de um mês, a propósito da presença naval dos EUA na região e dos seus planos de «protecção» aos navios do Kuwait: «Trata-se de proteger os nossos interesses e de ajudar os nossos amigos a proteger os seus. Aceitaremos as nossas responsabilidades por esses navios face às ameaças do Irão ou de qualquer outro (...) Se o não fizéssemos, abdicaríamos do nosso papel de potência naval, dando aos soviéticos a oportunidade de penetrar na zona por onde transita o petróleo do mundo livre. Numa palavra, se nós não o fizermos fá-lo-ão os soviéticos o que porá em perigo a nossa segurança nacional bem como a dos nossos aliados».

Muito esclarecedor. Apesar do voto no Conselho de Segurança, os EUA só têm a lucrar com a continuação da guerra, tanto para o controlo da região como para o comércio de armas. Era tempo de o Irão e o Iraque o entenderem, reconhecendo que ambos têm um inimigo comum, em vez de se matarem uns aos outros.



O projecto de Constituição da República Afegã foi publicado, e submetido a debate público. No preâmbulo do documento salienta-se em particular, que as transformações revolucionárias progressistas levadas a cabo no país nos últimos anos criaram as bases necessárias para a concretização dos grandes objectivos que são a prosperidade do país e a felicidade do povo.

«O nosso país — realça-se no Apelo — entrou numa nova etapa de desenvolvimento, rumo à liberdade, democracia, reconciliação nacional».

Internacional

Uma Europa sem mísseis

Frente a frente em Genebra

«A União Soviética propõe destacar o problema dos mísseis de médio alcance na Europa do conjunto de questões e concluir um acordo à parte sobre esta questão. Propõe fazê-lo imediatamente. Para este passo, existe não meramente uma base, mas praticamente um entendimento já pronto. Em Reykjavik tinha sido acordado que a URSS e os EUA, no decurso dos próximos 5 anos, liquidariam todos os seus mísseis de médio alcance na Europa» — este o conteúdo fundamental da declaração de Gorbatchov. Foi em 28 de Fevereiro. Um passo mais dado pela URSS, tentando romper o círculo vicioso do militarismo num elo seu onde maiores são as possibilidades de um acordo. Cinco meses volvidos, com momentos de públicas tomadas de posição e vastos períodos de silêncio, qual é o balanço possível?

Que se passa de concreto? Que possibilidades, que dificuldades envolvem o que seria a primeira medida de desarmamento (até à data os

pela União Soviética — a dupla «opção zero».

Uma apropriação — que se vai tornando corrente — das posições de paz de ou-



Gorbatchov e Reagan — duas concepções, duas políticas frente a frente.

Três questões de fundo provocam o arrastamento das conversações soviético-americanas em Genebra:

- A exigência norte-americana de que primeiro sejam reduzidos os mísseis soviéticos;

- A aposta dos EUA na conversão dos mísseis «Pershing-2» e «Cruise» em mísseis «Pershing-1B» e mísseis de Cruzeiro de estacionamento marítimo;

- A manutenção das cargas nucleares norte-americanas que equipam os «Pershing-1B» pertencentes à Alemanha Federal.

A estas três questões se soma o problema do controlo. Os EUA têm a pretensão de deixar de fora da zona de controlo do acordo as bases norte-americanas em território de terceiros países.

Atente-se bem na lógica intrínseca a estas posições.

A URSS deveria — porquê? — dar os primeiros passos no desmantelamento de mísseis. Enquanto os Estados Unidos continuam a preparar a instalação para 1988 de 64 mísseis de Cruzeiro em bases na Grã-Bretanha.

Os mísseis norte-americanos seriam apenas convertidos ou deslocados, mas não destruídos. O que em poucas palavras significa que do lado de Washington não haveria desarmamento! Mais ainda, Washington estaria contra uma conversão dos «SS-20» soviéticos! (hipótese que aliás não interessa à URSS, pois é no desarmamento, de facto, que a União Soviética aposta).

Finalmente manter-se-iam as cargas nucleares norte-americanas em mísseis da RFA.

Globalmente o balanço de tal fórmula de «desarmamento» traduzir-se-ia num desarmamento unilateral da União Soviética.

Duas doutrinas militares

No Outono de 1986, nas diversas sessões dos seus organismos de direcção, a NATO tomou decisões claras quanto ao conteúdo da sua própria doutrina política, e que bem se coadunam com a táctica seguida em Genebra. O que nada têm a ver é com desarmamento.

Concretamente:

- A NATO aprovou as directivas para o primeiro golpe nuclear.

- Aprovou englobar a Europa ocidental no armamento espacial dos EUA.

- Aprovou programas tendo em vista o fortalecimento das forças armadas da NATO na Europa Ocidental. Pretende-se claramente atingir a supremacia estratégico-militar.

- Afirma não prescindir das armas nucleares e da possibilidade da sua utilização.

- Insiste numa «estratégia de reacção flexível» e na «defesa ofensiva».

- Estabelece que as mais diferentes regiões do mundo são zonas vitais para os seus «interesses» e segurança.

Em Maio de 87, em Berlim, numa importante reunião do Tratado de Varsóvia, são publicamente definidos os princípios fundamentais da doutrina militar — **banir para sempre a guerra — convencional ou nuclear — da vida da Humanidade.**

Na lógica de tal posição de princípio, se propõe:

- Concluir de imediato um acordo sobre mísseis de médio alcance, soviéticos e norte-americanos, na Europa.

- Desmantelar simultaneamente os mísseis táctico-operacionais (dupla «opção zero») e iniciar negociações sobre os mísseis estacionados no leste da URSS e no território dos EUA.

- Negociações para solucionar a questão de armas nucleares tácticas e drástica redução do armamento convencional, na Europa.

- Redução para 50 por cento de armas nucleares estratégicas num período de 5 anos e simultaneamente impedir a militarização do Espaço.

- Proibição total de testes com armas nucleares.

- Proibição e liquidação de armas nucleares e químicas em diversas regiões do globo.

- Controlo rigoroso.

O contraste das opções salta à vista. Contraste que se impõe compreender — para melhor agir. Não estamos perante uma escolha, porque a vida já escolheu — e o sentido possível é unívoco, é o da paz e do desarmamento.



Uma imagem de França — a juventude aposta na Paz, a única perspectiva de futuro.

acordos obtidos apenas limitam a corrida aos armamentos)?

Sabotagem

«Com o apoio dos seus aliados, os Estados Unidos vão propor finalmente à União Soviética a eliminação global de todos os mísseis intermédios de curto alcance americanos e soviéticos baseados no solo, assim como profundas reduções — e esperamos, a eliminação total — dos mísseis nucleares intermédios de longo alcance». São palavras de Reagan em declaração à televisão, após a reunião de ministros dos Negócios Estrangeiros da NATO no local hoje já histórico de Reykjavik. Em Junho.

Ou seja, mais de três meses depois da declaração de Gorbatchov, os Estados Unidos fazem à União Soviética a proposta que lhes tinha sido apresentada por Moscovo em Fevereiro! E já posteriormente alargada, também

trem. Certamente «boa» para a propaganda. Mas naturalmente menos para as relações entre Estados.

Mas não apenas de demagogia se trata. Trata-se também — o que é ainda mais grave — de uma sistemática prática obstrucionista.



Mísseis, breve balanço

- A União Soviética e os Estados Unidos possuem actualmente na Europa 719 mísseis de médio alcance.

- A URSS tem 339 mísseis de médio alcance, com um total de 825 cargas, 243 dos quais são «SS-20», com 729 ogivas nucleares e um alcance de 4000 quilómetros, e 96 «SS-4», com 96 ogivas e um raio de acção de 2000 quilómetros.

- Os 380 mísseis norte-americanos, dotados do mesmo número de ogivas, são constituídos por 272 mísseis «cruise», com um alcance de 2600 quilómetros, e 108 «Pershing-2», com um raio de acção de 2500 quilómetros.

- A liquidação destes meios nucleares, no âmbito de um tratado soviético-

americano, particularmente importante por se tratar da primeira medida de desmantelamento total de uma categoria de armamentos — **ainda deixará na Europa 10 mil cargas nucleares.**

- Um acordo sobre euomísseis teria também a enorme importância de levar à liquidação de armas particularmente desestabilizantes. O tempo de voo dos mísseis de médio alcance situa-se entre os 8 e 12 minutos. Desencadeado um ataque, o tempo de resposta reduz-se a 4 minutos. O que significa que, sobretudo em período de crise, não haverá tão-pouco tempo para verificar se o sinal de lançamento dado pelos sistemas de detecção é verdadeiro ou não.

«Já falámos da manifestação da Feira do Livro em Lisboa e da que se realizou dentro e fora da Casa da Imprensa aquando da Conferência sobre Aquilino Ribeiro. À parte 9 ou 10 escritores encabeçados por Joaquim Paço d'Arcos e Luís Forjaz Trigueiros (ambos com interesses colonialistas em África), todos os escritores portugueses protestaram já contra a extinção da SPE.

Só num abaixo-assinado ao fascista Galvão Teles seguiram as assinaturas de 220 escritores! Nele «exprimem a sua veemente repulsa pelo atentado à liberdade do espírito patente na campanha tendenciosa empreendida contra a SPE, solicitam a reabertura da mesma e exigem um inquérito rigoroso sobre os descalos praticados na sede da SPE por um grupo de indivíduos que deverão ser responsabilizados pelos prejuízos materiais e morais resultantes da sua repugnante acção» (...)»

«Contra a extinção da SPE de Escritores» — «Avante!», VI série, n.º 357, Julho de 1985)

AVANTE! MOLETANOS DE TODOS OS MÉRITOS

«Em vários concelhos do Alentejo as autoridades afixaram editais estipulando como salários máximos nesta ceifa 30\$00 para foices e 35\$00 para gadanhas (homens), ao mesmo tempo que anunciavam que todo o lavrador que pagasse jorna superior seria multado em 500\$00 por cada trabalhador contratado em tais condições.

Dum modo geral em lado nenhum esta tabela foi respeitada, dada a recusa dos camponeses a trabalharem por tais jornas e nalguns lados, como em Estremoz, onde os camponeses começaram a trabalhar ao preço da tabela, ao saberem das jornas das outras terras, como do distrito de Évora, alguns deslocaram-se para elas e os outros começaram a exigir jornas mais altas, o que conseguiram. Assim, este ano, as jornas que prevaleceram foram as seguintes: 35\$00 a 45\$00 para as foices e 45\$00 a 55\$00 para as gadanhas (homens).

Nalguns lados, como em Montemor, os patrões, com medo das multas, pagaram pela tabela em dinheiro, dando o restante em toucinho e azeite.» (...)»

«Salários para as ceifas» — «Avante!», VI série, n.º 91, Julho de 1946)

AVANTE!

«O estado de saúde do secretário-geral do CC do Partido Comunista da Venezuela agravou-se de tal forma que se teme pela sua vida. Jesus Faria fez 55 anos no dia 27 de Junho e pertence ao Partido Comunista há 27 anos, sendo seu secretário-geral desde 1951. Já na ditadura de Jimenez esteve oito anos preso. Preso de novo em Setembro de 1963, foi levado em estado grave para o hospital central das Forças Armadas, onde o impedem de ser visto por um médico particular.

Escrevamos ao Presidente Leoni e aos seus representantes em Portugal — Embaixada da Venezuela e consulados — exigindo a libertação do camarada Jesus Faria.»

«Solidariedade Internacional — Salvemos Jesus Faria» — «Avante!», VI série, n.º 357, Julho de 1985)

Agenda /

Avante!

Ano 57 - Série VII
N.º 708

24 de Julho de 1987

3.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

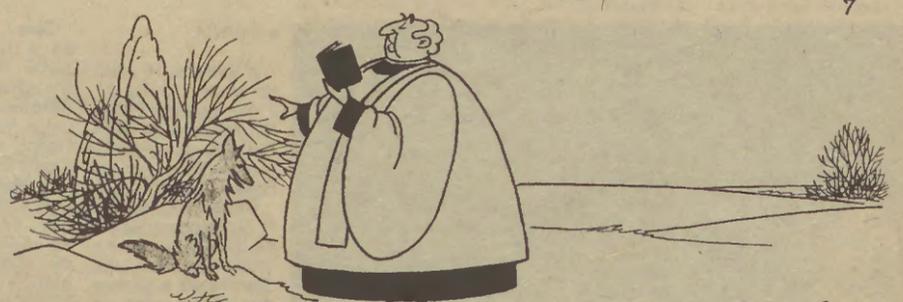
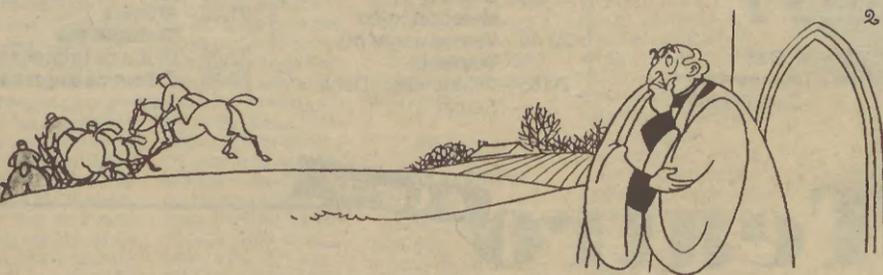
LIVROS PARA O VERÃO

**OBRAS
COMPLETAS
DE
SOEIRO
PEREIRA GOMES**



“A vida e a obra de Soeiro Pereira Gomes reflectem as grandes linhas da realidade político-social em que se caldearam dias melhores para o povo Português”

ANTOLOGIA



TV **O Programa**

Sexta

RTP1

- 10.00 - Às Dez
12.15 - Telenovela: «Cambalacho»
13.00 - Jornal da Tarde
13.30 - Desenhos Animados
13.50 - Série: «Os Jovens Heróis de Shaolin»
14.30 - Desenhos Animados
15.00 - Seja Bem Vídeo
17.00 - Brinca Brincando
17.30 - Estádio
18.30 - Sumário
18.35 - Série: «A Família Bellamy»
19.30 - Série: «A Memória Audio-Visual»
20.00 - Telejornal
20.30 - Bolsa Dia a Dia
20.35 - Boletim Meteorológico
20.45 - Telenovela: «Dona Santa»
21.40 - Mobil nos Caminhos de Portugal
21.55 - Alcione
23.00 - O Programa das Festas
23.30 - Notícias
23.35 - Pela Noite Dentro: «Tempo de Desencanto», real. Joseph Sargent (EUA/1986).

RTP2

- 17.15 - Telenovela: Os Imigrantes»
18.00 - Countdown
19.00 - Estádio
20.00 - Série: «Modelo e Detective»
21.00 - Jornal das Nove
21.30 - Montra de Livros
21.35 - Clube de Jornalistas
22.05 - Série: «Aventura e Paixão»
23.00 - Troféu

Sábado

RTP1

- 10.00 - Juventude e Família
11.05 - Série: «He Man»
11.25 - Série: «David o Gnome»
11.55 - O Anel Mágico
12.20 - Série: «O Tempo e o Ventô»

- 13.00 - Jornal de Sábado
13.10 - Lucky Luke
13.35 - Série: «Akagera»
14.05 - Super Trinta
14.50 - Série: «O Mar e a Terra»
15.30 - O Recreio dos Lisboaetas
17.55 - Vamos Dançar
18.20 - Série: «O Ano das Bestinhas»
18.45 - Quem Te Viu e Quem TV
19.45 - Totoloto
20.00 - Jornal de Sábado
20.55 - Boletim Meteorológico
21.05 - 7 Folhas
21.35 - E o Resto São Cantigas
22.35 - Série: «Hill Street»
23.30 - Cinema da Meia-Noite: «Um Tiro às Escuras», real. Blake Edwards (Grã-Bretanha/1964).

RTP2

- 10.00 - Compacto Countdown
13.00 - Compacto Cambalacho
16.00 - Troféu
20.00 - Série: «Quem Sai aos Seus...»
20.25 - Série: «Série: A Grande Época»
21.15 - RTP/Ano 30
22.45 - Troféu.

Domingo

RTP1

- 10.00 - Juventude e Família
11.00 - Terra de Santa Maria
11.15 - Missa
12.05 - 70x7
12.30 - TV Rural
13.00 - Jornal de Domingo
13.10 - Série: «Viajar em Portugal»
13.35 - Série: «Os Roberts»
14.05 - Série: «Os Musicais do Sudoeste»
14.30 - Série: «Lovejoy»
15.25 - Série: «A Rota da Seda»
16.15 - Que Profissão «O Padeiro»
16.45 - Primeira Matinée: «Ivanhoe - O Vingador do Rei», real. Richard Thorp (Grã-Bretanha/1982)
18.35 - Desenhos Animados

- 18.55 - Série: «O Justiceiro»
20.00 - Jornal de Domingo
20.30 - Boletim Meteorológico
20.35 - Série: «A Orquestra»
21.05 - Série: «Dallas»
22.05 - Domingo Desportivo.

RTP2

- 10.00 - Troféu
12.30 - Caminhos
12.55 - Novos Horizontes
13.15 - Troféu: Automobilismo «Grande Prémio da Alemanha de Fórmula 1»
15.30 - Entre Barreiras
16.00 - Série: «Bulman»
17.00 - Troféu
19.00 - Palavras Ditas
19.25 - Music Box
20.30 - Artes e Letras
21.40 - Cice-Clube: «A Oitava Mulher do Barba Azul», real. Ernest Lubitsch (EUA/1938)
23.35 - Top Video.

Segunda

RTP1

- 10.00 - Às Dez
12.15 - Telenovela: «Cambalacho»
13.00 - Jornal da Tarde
13.30 - Desenhos Animados
13.50 - Série: «Os Jovens Heróis de Shaolin»
14.30 - Desenhos Animados
15.00 - Seja Bem Vídeo
17.00 - Brinca Brincando
17.30 - Ponto por Ponto
18.30 - Sumário
18.35 - Série: «A Família Bellamy»
19.30 - Os Baús da Cinemateca - Alfama
20.00 - Telejornal
20.30 - Bolsa Dia a Dia
20.35 - Boletim Meteorológico
20.45 - Telenovela: «Dona Santa»
21.40 - Ópera: «Rigoletto»
24.00 - Notícias.

RTP2

- 17.15 - Telenovela: «Os Imigrantes»

- 18.00 - Countdown
19.00 - Simon Show
20.00 - Série: «Modelo e Detective»
21.00 - Jornal das Nove
21.30 - Montra de Livros
21.35 - A Grande Nau de Macau.

Terça

RTP1

- 10.00 - Às Dez
12.15 - Telenovela: «Cambalacho»
13.00 - Jornal da Tarde
13.30 - Desenhos Animados
13.50 - Série: «Os Jovens Heróis de Shaolin»
14.30 - Desenhos Animados
15.00 - Matiné: «Waco»
16.30 - Documentário
17.00 - Brinca Brincando
17.30 - Ponto por Ponto
18.30 - Sumário
18.35 - Série: «A Família Bellamy»
19.30 - Trânsito
20.00 - Telejornal
20.30 - Bolsa Dia a Dia
20.35 - Boletim Meteorológico
20.45 - Telenovela: «Dona Santa»
21.40 - Portugal Sem Fim
22.40 - Série: «Brigada Especial»
23.40 - Notícias.

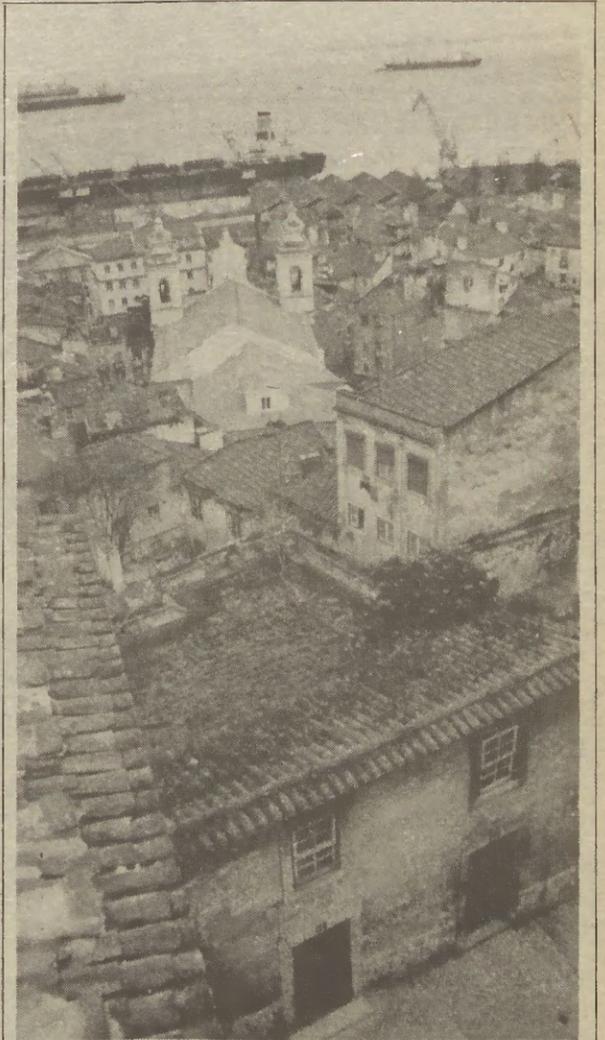
RTP2

- 17.15 - Telenovela: «Os Imigrantes»
18.00 - Countdown
19.00 - Simon Show
20.00 - Série: «Modelo e Detective»
21.00 - Jornal das Nove
21.30 - Montra de Livros
21.35 - CinemaDois: «O Recado». Real. José Fonseca e Costa (Portugal/1971).

Quarta

RTP1

- 10.00 - Às Dez
12.15 - Telenovela: «Cambalacho»



2.ª feira - RTP 1 - Os Baús da Cinemateca - Alfama

- 13.00 - Jornal da Tarde
13.30 - Desenhos Animados
13.50 - Série: «Os Jovens Heróis de Shaolin»
14.30 - Desenhos Animados
15.00 - Clipomanias
17.00 - Brinca Brincando
17.30 - Ponto por Ponto
18.30 - Sumário
18.35 - Série: «A Família Bellamy»
19.30 - Série: «Ciência - Invenção do Futuro»
20.00 - Telejornal
20.30 - Bolsa Dia a Dia
20.35 - Boletim Meteorológico
20.40 - Vamos Jogar no Totobola
20.55 - Telenovela: «Dona Santa»

- 21.50 - Lotação Esgotada: «Mogambo». Real. John Ford (EUA/1953)
23.40 - Notícias.

RTP2

- 17.15 - Telenovela: «Os Imigrantes»
18.00 - Countdown
20.00 - Série: «Modelo e Detective»
21.00 - Jornal das Nove
21.30 - Montra de Livros
21.35 - Artistas Portugueses
22.05 - Clube de Imprensa
22.35 - O Som da Supresa - Jazz.

Teatro **O Cartaz**



• LISBOA

A Barraca, R. Alex. Herculano, 70. De 3.ª a domingo, às 21.30. **O Diabíno da Mão Furada**, de António José da Silva, enc. de Helder Costa.

Casa da Comédia R. S. Francisco Borja, 24. De 3.ª a sáb., às 21.30, dom. às 17.00. **Electra ou a Queda das Máscaras**, de Marguerite Yourcenar, enc. de Filipe La Féria.

Casa dos Tabuenes R. Poiais de S. Bento, 75. De 2.ª a sáb., às 21.30. **Bela-Calígula**, de Augusto Sobral, encenação de Rogério Vieira, pelo Teatro Maizum.

Comuna, Sala Nova, Praça de Espanha. De 3.ª a sáb., às 21.30, dom. às 17.00. **Os Dois Corcundas e a Lua**, de Richard Demarcy, enc. de João Mota.

Sala 1, de 2.ª a sáb., às 2.00, dom. às 16.00. **D. Quixote e Sancho Pança**, de António José Silva, pelas Marionetas de Lisboa, enc. de José Carlos Barros.

D. Maria II, Rossio. Sala Garrett - de 3.ª a sáb., às 21.30, dom. às 16.00. **Romance de Lobos**, de Valle Inclán, enc. de Xosé Blanco Gil.

1.º Acto, R. Eduardo Augusto Pedros, 16, Algés. De 5.ª a sáb., às 21.45, sáb. e dom. às 17.00. **B... Em Cadeira de Rodas**, de Ronald Ra-dee, enc. de Agueda Sena, pelo Teatro Espaço.

Teatro ABC, Parque Mayer. De 3.ª a sáb., às 20.30 e 22.45, sáb. também às 16.00, dom. às 16.00 e 21.30. **Lisboa, Tejo e Tudo**, de César Oliveira, Solnado e Fla-

lho Gouveia, enc. de César Oliveira.

Teatro Aberto, Praça de Espanha. **A Segunda Vida de Francisco de Assis**, de José Saramago, enc. de Norberto Barroca. Pelo Novo Grupo, de 5.ª a sáb., às 21.30, dom. às 16.00.

Teatro da Graça, pelo Grupo Teatro Hoje, junto à Voz do Operário. De 3.ª a sáb., às 21.00, dom. às 16.00. **O País do Dragão**, de Tenesse Williams, enc. de Carlos Fernando.

Teatro do Triângulo, Rua da Cintura do Porto de Lisboa. De 3.ª a dom. às 21.30. **O Físico Prodigioso** de Jorge de Sena, enc. André Nuno.

Teatro da Trindade, R. Nova da Trindade. De 3.ª a sáb. / 21.00, dom. às 16.00. **A Trilogia da Guerra**, de Edward Bond,

Comp. Teatro da Cornúcia.

Teatro Vasco Santana, Feira Popular, Entrecampos. De 3.ª a sáb., às 21.30, dom. às 16.00. **As Senhoras das Quintas-Feiras**, de Loleh Belon, enc. Luzia Maria Martins.

• PORTO

Sala do Povo Português, R. do Campo Alegre, de 3.ª a dom., às 21.45, sáb. e dom. às 16.00. **O Tio Vânia**, de Anton Tchekov, enc. de Fernando Umaña, pela Seiva Trupe.

Teatro, Rua do Heroísmo, 86. 5.ª e 6.ª às 21.30; sáb. e dom. às 16.30 e 21.30. **Merope - Liberdade ou Morte!**, baseado em textos de Almeida Garrett, pelo TEAR. Recolha de textos e enc. de Castro Guedes.

Teatro Experimental do Porto, R. do Pinheiro, 4.ª, 6.ª e sáb., às 21.30, dom. às 16.00. **Um Homem para Qualquer Pátria**, de Miguel Rovisco, enc. de Mário Viegas.

Teatro dos Modestos, R. Gonçalves Cristóvão, 190. De 3.ª a sáb., às 21.30, dom. às 18.00. **Noite da Senhora Luciana**, de Copi, enc. de Fernanda Lapa.

• CASCAIS

Espaço TEC, Junto ao Pão de Açúcar-Cascais. De 3.ª a dom. às 21.45, sáb. e dom. às 17.00. **Apareceu a Margarida**, de Roberto Athayde, enc. R. Athayde e Graça Lobo, pela Comp. de Teatro de Lisboa.

• ESTORIL

Teatro Mirla Casimiro, Av. Fausto de Figueiredo. De 5.ª a sáb., 21.30, sáb. e dom. às 17.00. **Tartufo**, de Molière pelo Teatro Experimental de Cascais, enc. Rogério de Carvalho.

• LISBOA

TIL - Teatro Infantil de Lisboa, R. Leão de Oliveira, 1 (ao Calvário). Sáb. às 16.00. **O Choupo Andarilho**, de Ferreira Caetano, enc. Kim Cachopo. Dom. às 16.00. **O Avestruz Mecânico**, histórias de José Lemos.

Teatro de Animação Os Papa-Léguas, na Junta de Freguesia de Carnide. **Aqui Há Mistério**. Sáb. e dom., às 11.00.

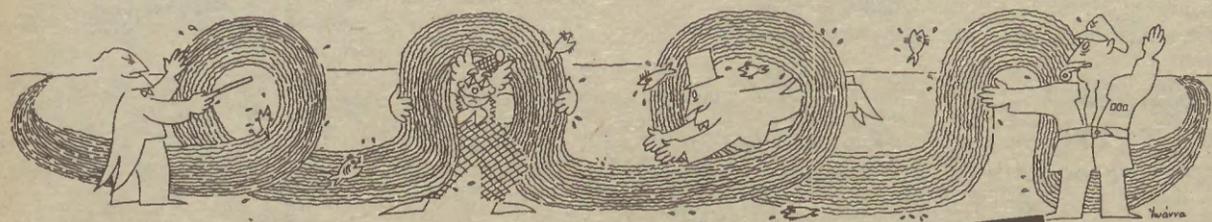
Cinema A selecção

Exposições

		António Durão	David Lopes	Manuel Machado da Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A	Barry Lyndon	★★★★★	★★★★★	★★★★★	★★★★	★★★★
B	Comboio em Fuga	—	★★★	★★★	★★★	—
C	O Navio	—	★★★★	★★★★	★★★★★	★★★★
D	Police	—	★★★	★★★	—	★★
E	Taxi Driver	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★★

A — Real. Stanley Kubrick — Estúdio 444 (15.00, 18.15, 21.30) — Lisboa.
 B — Real. Andrei Konchalovsky — Alfa/1 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00) — Amoreiras/6 (13.45, 15.45, 17.45, 19.45, 21.30, 24.00) — Mundial/3 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45) — Lisboa.
 C — Real. Federico Fellini — Amoreiras/2 (14.15, 16.45, 19.15, 21.30, 00.15) — Apolo 70 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30), Quarteto/1 (14.30, 16.45, 19.00, 21.30) — Lisboa.
 D — Real. Maurice Pialat — Quarteto/4 (14.30, 16.45, 19.00, 21.30) — Lisboa.
 E — Real. Martin Scorsese — Quarteto/3 (14.30, 16.45, 19.00, 21.30) — Lisboa.

Classificação de
 * a *



...e ainda Música, debates, etc.

Cascais Jazz

É este fim-de-semana, sábado e domingo, em 17.ª edição. Realiza-se em Cascais, no Parque de Palmela, com dois únicos concertos: no sábado, às 21.30, Quarteto de **Chet Baker**; no domingo, às 17.00, **Solistas do Cascais Jazz** e Quinteto **Carlos Martins/Laurent Filipe**. Bilhetes a 500\$00.

Mais música

Em concertos quase sempre ao ar livre andam agora pelo País muitos dos nossos melhores cantores e músicos. **Sérgio Godinho**, por exemplo, anda por estes dias no Algarve — hoje em **Portimão**, amanhã em **Lagos**; **Rui Veloso** está hoje em **Loures** e no domingo em **Montalegre**.

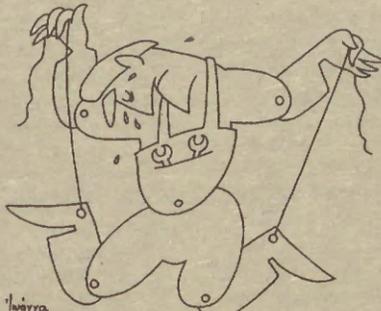
A sublinhar, os concertos de **António Pinho Vargas** para primeiras apresentações ao vivo dos temas do seu último álbum: hoje, no Teatro Rivoli do Porto, às 22.00; no domingo, dia 26, à mesma hora, na Aula Magna em **Lisboa**. Com Pinho Vargas tocarão Zé Nogueira, Pedro e Má-

rio Barreiros, Rui Júnior e Quico.

Concertos de música clássica:

Festival de Sintra — Hoje, dia 24, às 18.30, na Quinta da Penha Longa, recital de **Anabela Chaves**, viola, e **Olga Prats**, piano, em obras de Schumann e Brahms; domingo, 26, às 18.30, no mesmo local, **Quarteto Enesco** em obras de Beethoven e Schubert; segunda-feira, 27, às 18.30, na Quinta do Vinagre, a **Kammermusik di Napoli** interpreta obras de Mozart, Beethoven e Gounod.

Festival da Costa do Estoril — Orquestra Gulbenkian, com o maestro Walter Hendl (Haydn, Glazounov, Barber, Ravel). Hoje, às 21.30, no Casino do Estoril. No **Palácio da Cidadela**, em Cascais: concertos, sempre às 21.30, hoje com **Roberto Szidon**, Palmira Troufa e Manuela Santos (piano, soprano e meio-soprano) em obras de Heitor Villa-Lobos; amanhã com a **Oficina Musical**, dirigida por Alvaro Salazar em obras de Santoro, Jorge Peixinho, Lopes-Graça, Villa-Lobos; segunda, 27, novo concerto pela **Oficina Musical** com obras de Villa-Lobos, Lopes-



lavíria

Ensemble, integrado nas comemorações do 1.º centenário de Amadeu de Souza-Cardoso, do qual grande parte da obra pictórica está neste momento em exposição na Fundação. O «Opus Ensemble» interpreta em estreia mundial uma obra de João Pedro de Oliveira, e ainda composições de Weber, Haendel, Poulenc e Lopes-Graça. Bilhetes a 300\$00, com 50% de desconto para jovens.

Ópera e bailado

O Espírito de Contradição, ópera em 3 actos, de Jerónimo Lima, é levada à cena em S. Carlos no próximo domingo, 26, às 16.00, e terça, 28, às 20.30. Solistas e Orquestra Sinfónica do Teatro Nacional de S. Carlos, dirigidos pelo maestro Manuel Ivo Cruz, encenação de Paulo Trevisi.

No espectáculo de domingo a entrada é gratuita para todos até aos 18 anos e os adultos, que pagam 200\$00, só podem entrar se acompanhados por jovens.

Preços na terça-feira: de 800\$00 (plateia) a 275\$00 (varanda).

Bailado

Últimos espectáculos da Companhia Nacional de Bailado na Gulbenkian. Nos dias 25, 27 e 28, às 21.45, «Concerto Barroco» (Balanchine/J. S. Bach), «Sylvia» (Michel Renault/Delibes), «Apollo» (Balanchine/Stravinsky) e «Napoli»-III Acto (Bournonville/Pauli-Helsted-Lumbye-Gade).

Entretanto, teve já início a digressão que **Estrelas do Teatro de Ópera e Ballet de Novossibirsk** estão a efectuar em Portugal.

Hoje, espectáculo na Casa da Cultura da Quimigal, no **Barreiro**; domingo, no **Tortosendo**; segunda-feira, no Teatro Garcia de Resende, em **Évora**; terça-feira, dia 28, em **Lisboa**, no Teatro de S. Luiz; quarta-feira, dia 29, em **Almada**, na Academia Almadense.

Cinema

Na Cinemateca continuam a ser exibidos filmes programados no

ciclo **Cinema Clássico Soviético** — esta semana todos dos anos 30.

O grande destaque vai para **Alexandre Nevski**, de Sergei Eisenstein, de 1938, a exibir terça-feira, dia 28, às 21.30, legendado em português.

No Forum Piccos um outro ciclo: **A Mulher**

no Cinema. Hoje, em últimas exigências, **Júlia**, de Zinnemann; dias 25 e 26 **Identificação de uma Mulher**, de Antonioni; dias 27 e 28 **Uma Mulher Só**, de P. Mazursky; dia 29 **A Última Mulher**, de M. Ferreri.

Sessões às 19.00 e 22.00, sáb. e dom. também às 16.00.



Stuart na Gulbenkian

A propósito do centenário, que se aproxima, do nascimento de **Stuart Carvalhals**, abriu esta semana na Galeria de Exposições Temporárias do Centro de Arte Moderna uma exposição que revela sobretudo, através das obras expostas, a sua faceta de ilustrador: de

livros, revistas, anúncios, capas de música. E alguns óleos e aguarelas — alguns dos poucos que nos deixou.

A exposição está patente até 13 de Setembro. As 3.ªs, 5.ªs, 6.ªs e domingos, das 13.00 às 17.00, sábados e domingos, das 14.00 às 19.30.

LISBOA

Amadeu de Souza Cardoso — Pintura. Fundação Gulbenkian, Av. de Berna, 3.ª, 5.ª, 6.ª e dom. das 10.00 às 17.00; 4.ª e sáb. das 14.00 às 19.30.

Anibal Sequeira, fotografia. Mãe de Água das Amoreiras, Pç. das Amoreiras. De 3.ª a 6.ª das 13.00 às 17.00, sáb. e dom. das 10.00 às 17.00.

Arpad Szénes — Pintura sobre Portugal. CAM, Gal. de Exposições Temporárias, R. Dr. Nicolau Bettenc. 3.ª, 5.ª, 6.ª e dom. das 10.00 às 17.00; 4.ª e sáb. das 14.00 às 19.30.

Arte Galega — Antropologia e Memória. Fundação Gulben-



kian — 3.ª, 5.ª, 6.ª e dom. das 10.00 às 17.00; 4.ª e sáb. das 14.00 às 19.30 — e SNBA, R. Barata Salgueiro, 36.

Catarina Castel-Branco — Pintura. Biblioteca Nacional. Campo Grande, 83. De 2.ª a 6.ª das 14.00 às 20.00, sáb. das 14.00 às 17.00.

Colectiva — «Arquitectos de Lisboa e Porto» Gal. Diferença, R. S. Filipe Neri, 42. De 3.ª a 6.ª das 16.00 às 20.00, sáb. e dom. das 16.00 às 19.00 (até 30/7).

Colectiva — Gravura e serigrafia. Gal. S. Francisco, R. Ivens, 40. (até 30/7).

Colectiva — «Novos Pintores do Ar.co». Clube Cinquenta, R. S. Mamede ao Caldas, 9. 1.º. De 3.ª a sáb. das 17.30 às 20.30 (até 29/7).

Colectiva — Pintura de Almada, Sousa Cardoso, Botelho, Domingos Alvarez, G. Teixeira Lopes, Hogan, Caragaleiro, Vespelira, Vieira da Silva, etc. Hotel Tivoli, Av. Liberdade. Das 12.00 às 20.30

Colectiva — Pintura de Ângelo de Sousa, Álvaro Lapa, Jorge Martins, António Sena, Ana Marchand. Gal. EMI-Valentim de Carvalho, R. Cruz dos Poiais, 11. De 3.ª a sáb. das 15.00 às 19.00.

Colectiva — Pintura. Casa da Imprensa, R. da Horta Seca, 20. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 20.00 (até 28/8).

Colectiva — Pintura e escultura. Escada Centro de Arte, R. da Bela-Vista à Graça, 81. De 2.ª a 6.ª das 14.00 às 20.00, sáb. das 10.00 às 14.00 (até 13/8).

Colectiva — Pintura e escultura de Ana Vidigal, Manuel Botelho, Pedro Casqueiro, Pedro Portugal, Manuel Rosa, Xana, etc. Ga. Módulo, Av. António Aug. de Aguiar, 56, 5.º D. De 2.ª a sáb. das 16.00 às 20.00 (até 14/8).

Colectiva — Pintura de Belmira Nunes, Fátima Afonso, Manuela Rosa, Maria Peres da Silva, Marilene Alão, Teresa Caria, Tomás Maia. Galeria da Voz do Operário, R.V. do Operário, 13. Das 14.00 às 19.00, sáb. das 15.00 às 19.00 (até 14/8).

Colectiva — Serigrafia. Galeria Artex, R. Nova do Almada, 87 (até 4/8).

Colectiva — «Terras», cerâmica portuguesa contemporânea. Livraria Barata, Av. de Roma, 11-A (até 29/8).

Eduardo Nery — Tapeçaria (retrospectiva), Museu Nac. do Traje, Parque do Monteiro-Mor, ao Lumiar (até 30/9).

Ernesto de Sousa — «Um olhar sobre a escultura», textos e fotografia. Museu Nac. da Arte Antiga, R. Janelas Verdes. De 3.ª a dom. das 10.00 às 17.00.

Galli Biblena — Desenhos de arquitectura e cenografia. Museu Nac. de Arte Antiga, R. das Janelas Verdes. De 3.ª a dom. das 10.00 às 17.00 (até fim de Outubro).

Gil Teixeira Lopes — «Gitelo — um retorno». Refeitório do Mosteiro dos Jerónimos.

Graça Morais — Pintura. Gal. 1111, Campo Grande, 113 (até 31/7).

Helena Vaz — «Marionetas 87». Gal. Quadrado, R. Alberto Oliveira, 52 (Coruchéus), Alvalade. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.00 (até 30/7).

IBA 87 — Arquitectura e Urbanismo de Berlim. SNBA, R. Barata Salgueiro, 36.

Índios da Amazônia — Museu de Etnologia, Av. Ilha da Madeira, ao Restelo. De 3.ª a dom., 10.00 às 12.30 e 14.00 às 17.00 — até final do ano).

Os Instrumentos Musicais e as Viagens dos Portugueses — Museu de Etnologia, Av. Ilha da Madeira (Restelo).

Jasmim — «Fixões», pintura. Espaço Poligrupo, R. Ivens, 14 (até 31/7).

Jus Marques — Fotografia. Assoc. Portuguesa de Arte Fotográfica, R. das Chagas, 17, 2.º. De 3.ª a 6.ª das 19.00 às 23.00 (até 31/8).

Mantas de Monsaraz — Tapeçaria. Museu Nac. do Traje, Palácio do Monteiro-Mor, ao Lumiar (até 30/9).

Obras-primas da Pintura Russa — Pintura russa do século XVIII ao século XX. Fundação Gulbenkian, Galeria de Exposições Temporárias (piso 01). De 3.ª a dom. das 10.00 às 17.00.

Paris 85 — A Moda, as Modas, a Rua — Fotografia, Instituto Franco-Português, Av. Luís Bivar (até 31/7).

Victor de Sousa (Moçambique) — Pintura, Altamira, R. Filipe Folque, 48-A (até 6/8).

Xohan Viqueira — Cerâmica. Museu Nacional do Azulejo, Convento da Madre de Deus. De 3.ª a Dom. das 10.00 às 17.00 (até 10/8).

PORTO

Arte Medieval — Peças de escultura, arte do metal e mobiliário, nacional e estrangeiro dos séculos XII e XV. Casa Museu Guerra Junqueiro, Rua D. Hugo, 32. De 3.ª a sáb. das 10.00 às 12.30 e das 14.00 às 17.30 (até 31/8).

Colectiva — Arte para Férias». Gal. EG, Caminho da Fonte de Cima, 33. De 3.ª a sáb. das 15.00 às 20.00.

Colectiva — «Desenhos Portugueses do Séc. XX» (III Bienal de Desenho da «Árvore»). Mercado Ferreira Borges (até 27/7) — PORTO.

Colectiva — Pintura e escultura de Ana Vidigal, Manuel Botelho, Pedro Casqueiro, Pedro Portugal, Manuel Rosa, Xana, etc. Gal. Módulo, Av. Boavista, 854. De 2.ª a sáb. das 16.00 às 20.00 (até 14/8) — PORTO.

Dana Michaelles — Desenhos de Moçambique — e **Isabel Pa-drão** — Pintura e Serigrafia. Coop. Árvore,

R. Azevedo de Albuquerque, 1.

Domingues Alva-rez — Pintura. Casa de Serralves, R. de Serralves. De 3.ª a dom. das 10.00 às 17.00.

João Menéres — «Porto Meu», fotografia. Gal. JN, R. Gonçalo Cristóvão, 195. De 3.ª a sáb. das 14.30 às 19.30.

OUTRAS LOCALIDADES

Artistas Portugueses Contemporâneos — Gal. Municipal de Oeiras, Palácio Anjos. De 2.ª a 6.ª das 16.00 às 20.00 (até 15/9) — ALGÉS.

João Cutileiro — «Amantes», escultura. Centro Cultural de S. Lourenço (até 21/8) — ALMANSIL.

Bienal de Escultura e Desenho, Pavilhões do Parque (até 20/9) CALDAS DA RAINHA.

Aureliano Lima — Retrospectiva. Edifício Coimbra — COIMBRA. «Fabrico da Cerâmica» — Museu Nacional da Ciência e Técnica, Rua da Ilha (à Sé Velha) — COIMBRA.

José Borges — Fotografia: «O Alentejo em Perspectiva». Até 31/7, Museu Municipal — ÉVORA.

Maria de Lurdes Braancamp — Pintura sobre o Alentejo (até 31/7) — Museu ÉVORA.

Nadir Afonso — Pintura. Pousada de St.ª Marinha — GUIMARAES.

Nikias Skapinakis — Pintura e desenho. Gal. Gilde, S. Torcato. De 3.ª a dom. das 15.00 às 19.00 — GUIMARAES.

Colectiva — Pintura, desenho, serigrafia, cerâmica, escultura. Galeria Capitel — LEIRIA.

Colectiva — Bio-87, Bienal Inter. de Cerâmica. Solar da Pç. de St.ª Maria. Das 10.00 às 20.00 (até 30/8) — OÍBOS.

William Beckford em Portugal — Bibliográfica e iconográfica sobre Portugal séc. XVIII. Palácio de Queluz — QUELUZ.

Maria Gabriela Mota — Aguardas. Junta de Freguesia de S. Julião. De 2.ª a 6.ª, das 9.00 às 12.00 e das 14.00 às 18.00 (até 6/8) — SETÚBAL.

Noémia Cruz — Escultura. Galeria Municipal/Casa de Bocage. De 2.ª a 6.ª das 9.00 às 12.00 e das 14.00 às 17.00, sáb. e dom. das 15.00 às 18.00 — SETÚBAL.

Colectiva — «Os Fios e os Frutos». Casa-Museu Álvaro de Campos. Calçada D. Ana, 12. De 3.ª a sáb. das 16.00 às 20.00 — TAVIRA.

Teresa Dias Coelho — Pintura recente. Casa das Artes, R. João Vaz Corte-Real, 96, até 10/8 — TAVIRA.

Município do Seixal em Exposição — Permanente, no núcleo sede do Ecomuseu Municipal do Seixal — TORRE DA MARINHA.

O Surrealismo ou a Linguagem do Desenho — Gal. de Arte. De 3.ª a dom. das 18.00 às 23.00 (até 2/8) — VILAMOURA.



CLANG!
 CLANG!
 CLANG!

-Graça, Boguslawki. Na Igreja dos Salesianos, Estoril, concerto na **terça**, dia 28, às 21.30, pela **Franz Liszt Chamber Orchestra**, dirigida por Janos Rolla. Obras de Haendel, Carlos Seixas, Rossini, Mendelssohn, Brahms.

Em **Espinho** decorre o XVI Festival de Música e na **Póvoa de Varzim** o IX Festival da Costa Verde, um e outro com vários concertos programados.

Na Gulbenkian, em **Lisboa**, realiza-se no domingo, dia 26, um concerto pelo Opus

Tempo Fim de Semana



Segundo a previsão do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica, no sábado, o céu vai estar pouco nublado ou limpo e o vento soprará fraco de noroeste durante a tarde, no litoral oeste. Neblina matinal.

Domingo, o céu estará igualmente pouco nublado com vento fraco de noroeste durante a tarde no litoral oeste. Neblina matinal.

a TV

Ainda se mostram ofendidos!

Quando Álvaro Cunhal, na noite de domingo atribuía enorme responsabilidade à RTP nos resultados eleitorais, os dois jornalistas entrevistadores não gostaram. Quisera entrar em discussão: a atitude firme do secretário-geral do PCP deu bem a entender que aquele não era o momento azado para discutir e que o entrevistado era ele. Moniz, o xerife da informação na RTP, traria mais uma tristíssima contribuição para o descrédito da RTP, no sector informativo. Os seus comentários ultrapassam tudo o que é legítimo esperar de uma estrita objectividade para se situar no campo do conflito partidário.

E depois ainda se mostram ofendidos...

É legítimo ignorar?

Anteriormente, já Dias Lourenço lembrara outro facto essencial para o entendimento da nova situação: o Governo de gestão dirigido por Cavaco Silva em período tão sensível. Ou seja: é como se uma das partes em litígio tivesse, no tribunal, um juiz da sua simpatia...

Assistimos, depois da decisão de Mário Soares, a uma impressionante cavalcada de inaugurações, passeios, promessas, etc., etc. Utilizando a máquina do Estado, Cavaco Silva deslocava-se para todo o país em operações de charme. E lá estava sempre, atenta e veneradora, a câmara de televisão. As atribuições confundiam-se. Cavaco aparecia como Primeiro-Ministro para logo se transformar em líder partidário. E esta natureza transparecia claramente nos discursos oficiais.

A campanha de marketing estava lançada com a cobertura máxima e gratuita da televisão.

E depois se alguém lembra isto, alguns jornalistas ofendem-se. Mas, ó meu Deus, eles ignoram como as coisas se fazem lá por casa?...

O que aconteceu, não acontece...

Só um louco negaria hoje a influência da TV como força decisiva de promoção. Ou ela não fosse, na área informativa, «a bomba atómica» e a expressão não fui eu que a inventei...

Portugal é um país onde a informação tem lacunas graves. Nós somos o país da Europa que menos jornais lê — e até nesse aspecto já devemos ter ultrapassado a Turquia, nossa habitual companheira de desgraça...

Para se fazer uma ideia, basta dizer que há manchas imensas de território onde não entra um jornal. Em muitas cidades o consumo é mínimo. Nenhuma cidade do continente, para além de Lisboa, Porto e Coimbra, sustenta um jornal diário. E não têm conta as vilas (e cidades...) onde não entra um único jornal da tarde.

Compreende-se assim a influência da Televisão que, essa sim, vai a todo o lado, entra em todas as casas. Está desde há muito formada a ideia de que nada acontece fora da televisão. Quer dizer: se a Televisão não fala, as pessoas ignoram. E se as pessoas ignoram as coisas, mesmo que tenham acontecido, não acontecem...

Quem é o culpado? Os jornalistas ofendidos de televisão, que digam de sua justiça...

Pelos dedos de uma só mão

Nestas últimas semanas, foram muitos os protestos e as manifestações dos trabalhadores na defesa dos seus interesses. Algumas congregam milhares de participantes. E o Telejornal silenciou.

Terá concluído que dar cobertura a essas manifestações assumia uma atitude de propaganda política. Mas o seu entendimento já era outro quando se tratava de acompanhar os ministros e o próprio Cavaco nas suas deslocações e inaugurações: aí já não havia propaganda política mas somente e puramente «matéria noticiosa»...

Durante um ano, nenhum dirigente do PCP é entrevistado. Entretanto, a presença de gente de Cavaco é obsessiva, inclusive na área não informativa: no **Já Está!**, por exemplo, estiveram presentes o Alberto João Jardim, o João de Deus Pinheiro, a Teresa Gouveia. Nem um único dirigente comunista. Durante meses, o Partido Comunista foi praticamente silenciado.

Os jornalistas ofendidos digam agora de sua justiça. Atendem bem na máquina que os ultrapassa, embora nela estejam inseridos. E se olharem bem para si próprios repararão que, nos seus materiais de campanha, punham sempre uma certa distância, um certo espírito crítico. Não estaria mal, se fosse generalizado. Mas, quando se tratava da campanha de Cavaco, reinava um tom épico de glorificação...

Recordemos mais: nos últimos dois anos, contam-se pelos dedos de uma só mão os dias em que Cavaco não apareceu no Telejornal!

Se isto não é manipulação, se isto não é propaganda, se isto não é a projecção diabólica de uma figura (com os resultados à vista...) então que é?...

■ **Ulisses**

Síntese semanal da IMPRENSA

Eleições 87: os primeiros comentários

As eleições legislativas do passado domingo alteraram profundamente a situação até agora existente. Em nome da estabilidade um partido de direita obteve a maioria absoluta dos lugares na Assembleia da República. As ameaças ao sistema democrático nascido com o 25 de Abril adensam-se e é mais necessária que nunca a unidade dos democratas.

PSD: um projecto para 4 anos

Cavaco Silva classificou os resultados de domingo como «uma viragem muito substancial na nossa história, visto um partido político ter obtido sozinho uma maioria absoluta que se traduziu na passagem de 30 para 50 por cento» e identificou tal viragem como o desejo de estabilidade.

Cavaco Silva salientou que depois de 13 anos e 16 governos «o povo português resolveu afirmar de uma forma inequívoca que deseja um governo estável, para durar quatro anos».

Nesse sentido, «estas eleições são um exemplo», sublinhou o presidente do PSD «já que se trata, pela primeira vez, de uma viragem muito substancial na nossa história, visto um partido político ter obtido sozinho uma maioria absoluta».

«Isso manifesta uma vontade muito forte daquilo que se quer num certo momento», sublinhou Cavaco Silva. («Diário de Notícias», 21 Julho)

PS: ser oposição

«Quando cerca das 23.45 Constâncio entrou na sala para a anunciada conferência de imprensa foi recebido com uma longa e calorosa salva de palmas pelo numeroso grupo de dirigentes e militantes socialistas que ali se encontravam.

Fez uma breve declaração de pouco mais de três minutos. Começou por dizer que aceitava, «com espírito democrático e sem azedume os resultados», e felicitou Cavaco Silva pela vitória.

«Reconheço a derrota relativa do PS e assumo a responsabilidade política dela», afirmou, sublinhando todavia que o PS sozinho vai ter mais deputados que todos os outros partidos de oposição juntos, pelo que continua a ser «o líder incontestado da esquerda».

Agradeceu depois aos militantes do PS o seu empenhamento na campanha, o que permitiu superar a falta

de meios, e afirmou que o seu partido «vai lutar firmemente contra todos os abusos do poder» e contra a «coacção social».

Constâncio manifestou a disponibilidade do PS para a revisão constitucional, mas «dentro dos princípios que temos defendido» e se o PSD assegurar «uma vida democrática civilizada».

Afirmou que o PS continuará a trabalhar para a reunificação da esquerda em Portugal, apelando a todos os que situam na área de esquerda e centro-esquerda para que adiram agora ao projecto do PS.

Na opinião do líder socialista, os resultados de ontem resultam fundamentalmente do «aproveitamento global» pelo Governo de uma conjuntura favorável, da divisão da oposição e de um desejo de estabilidade do eleitorado, mas «não correspondem a uma opção programática».

«São resultados reversíveis se o PSD não conseguir corresponder», sublinhou, ao mesmo tempo que afirmava que o «PS será oposição natural do PSD de acordo com os seus princípios e o seu programa». («Diário de Lisboa, 20 Julho)

CDU: pela unidade dos democratas

«O eleitorado votou segundo o que pensou ser uma solução para os seus problemas, mas rapidamente verá que se deixou iludir...», considerou Álvaro Cunhal ao fazer para os jornalistas, três horas e meia depois do encerramento das urnas, a «primeira apreciação» sobre os resultados então conhecidos e que já garantiam a maioria absoluta ao PSD.

Acompanhado de Maria Santos, de «Os Verdes», de Herberto Goulart, da Intervenção Democrática, o líder comunista reconheceu o fracasso dos três principais objectivos avançados pela CDU durante a campanha e que eram: manter a direita em minoria; reforçar a CDU e alcançar a «convergência entre os partidos democráticos, proposta — sublinhou

— ainda antes das eleições».

Relativamente à maioria alcançada pelo PSD, Cunhal citou, como factores favoráveis para tal resultado, a decisão do Presidente da República de manter em funções de gestão o Executivo de Cavaco Silva — «que usou de todos os recursos para fins eleitoralistas» — e a «divisão entre os democratas, que mantiveram e acentuaram divergências e desentendimentos durante a campanha».

«A CDU registou uma baixa, mas mantém a sua forte capacidade de intervenção na vida política portuguesa», acentuou depois o dirigente comunista ao referir-se ao segundo objectivo, também falhado, da coligação liderada pelo PCP. Ainda sobre a CDU, Cunhal informou da decisão, tomada ainda ontem, de todas as forças componentes da coligação em prosseguir o projecto unitário «para defesa e reforço da democracia».

Quanto ao terceiro objectivo eleitoral da CDU, «a convergência dos partidos democráticos», frisou Cunhal que, neste momento, «a perspectiva é diferente», dado que o objectivo foi definido em função de uma maioria dos partidos de esquerda. «A questão coloca-se agora em termos novos, mas nestas novas condições devemos insistir na necessidade de aproveitar o processo de unidade dos democratas contra as forças da direita», sublinhou.

(«Diário de Lisboa», 20 Julho)

PRD: trabalhar com serenidade

«Assumindo frontalmente as suas responsabilidades, Hermínio Martinho considerou-se «satisfeito» com aquilo que tem sido a actuação do PRD e manifestou esperança de que o PSD «faça uma boa utilização» dos votos que agora passaram do seu partido para o de Cavaco Silva. «Não estamos arrependidos do que fizemos, nem sequer da apresentação da moção de censura, se fosse hoje voltaríamos a apresentá-la porque o interesse nacional está acima do interesse partidário», disse.

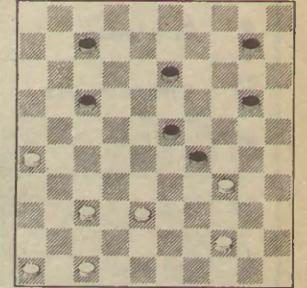
Em relação ao futuro, o vice-presidente do partido diz que o PRD «vai continuar a trabalhar por um programa e por um projecto em que acredita e que já deu frutos na Assembleia da República». Quanto aos resultados de ontem afirma: «assumimos com serenidade os 18% de 1985 e voltamos a assumir o actual resultado com a mesma serenidade». («Diário de Lisboa», 20 Julho)

Damas

CXI - 23 de Julho de 1987

PROPOSIÇÃO N.º 111

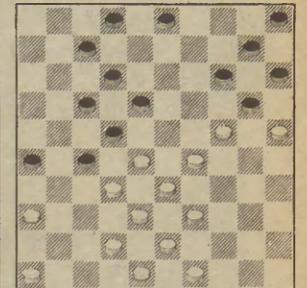
Por: GA Cremer
«Diverse Damproblemen» 1936
Pr.: [7]: 7-10-13-17-20-23-29
Br.: [7]: 26-34-37-38-44-46-47



Jogam as brancas e ganham

GOLPE N.º 111

Torneio de Narbonne, França (1978-1-24)
Br.: Delhom - Pr.: Maubon
Pr.: [14]: 2-3-5-7-10-12-14-15-17-18-20-22-26-27
Br.: [14]: 24-25-28-29-32-33-36-38-39-42-43-46-48-49
As brancas acabam de jogar 37-32?!



Jogam as Pretas e fazem Dama!

SOLUÇÃO DO CXI

N.º 111 (GAC): 26-21 (29x49) 21x1 (49x41) 1x31 (41-36) 31-4+

Golpe N.º 111 (M): (2-8) 32x21 (26-31) 36x27 (17-26) 28x17 (12x32) 38x27 (18-23) 29x18 (20x47) N+ ou Pr+ (= Pretas ganham)

A. de M.M.

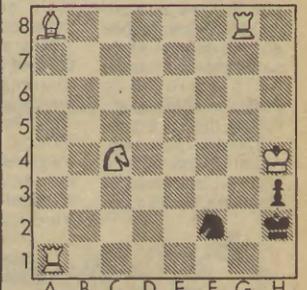
Xadrez

CXI - 23 de Julho de 1987

Proposição N.º 111

Por: G. Latzel
4.ª menção Honrosa
«Deutsche Schachzeitung», 1956
Pr. [3]: Ph3-Cf2-Rh2

Br. [5]: Cc4-Ba1-Ts. al, h8-Rh4



Mate em 2 lances

Jogo N.º 111

Torneio de Poznan, 1986
Br: Sarwinsky
Pr: Przewoznik

1. d4, Cf6; 2. c4, e6; 3. Cc3, Bb4; 4. e3, 0-0; 5. Bd3, c5; 6. Cf3, d5; 7. 0-0, c:d4; 8. e:d4,d:c4; 9. B:c4, Cc6; 10. a3, B67; 11. Dd3, b6; 12. Bg5, Bb7; 13. Tad1, Tc8; 14. Tfe1, Dc7; 15. Ba2, Tfd8; 16. d5, C:d5; 17. B:d5, h6; 18. B:h6, g:h6; 19. T:e6, f:e6; 20. Dg6+, Rf8; 21. D:h6+, R68; 22. D:e6, Df4; 23. Dg6+, Rd7; 24. Cb5, Df6; 25. B66+, R:e6; 26. Cg5+, R65; 27. D64++

Solução N.º 111

Chave: 1. Cd2! Ameaça: 2. Cf3++ e 2. Cf1++
1., Cd1; 2. Cf1++
1., C64; 2. Cf3++
1., Cg4; 2. Th1++

A. de M.M.